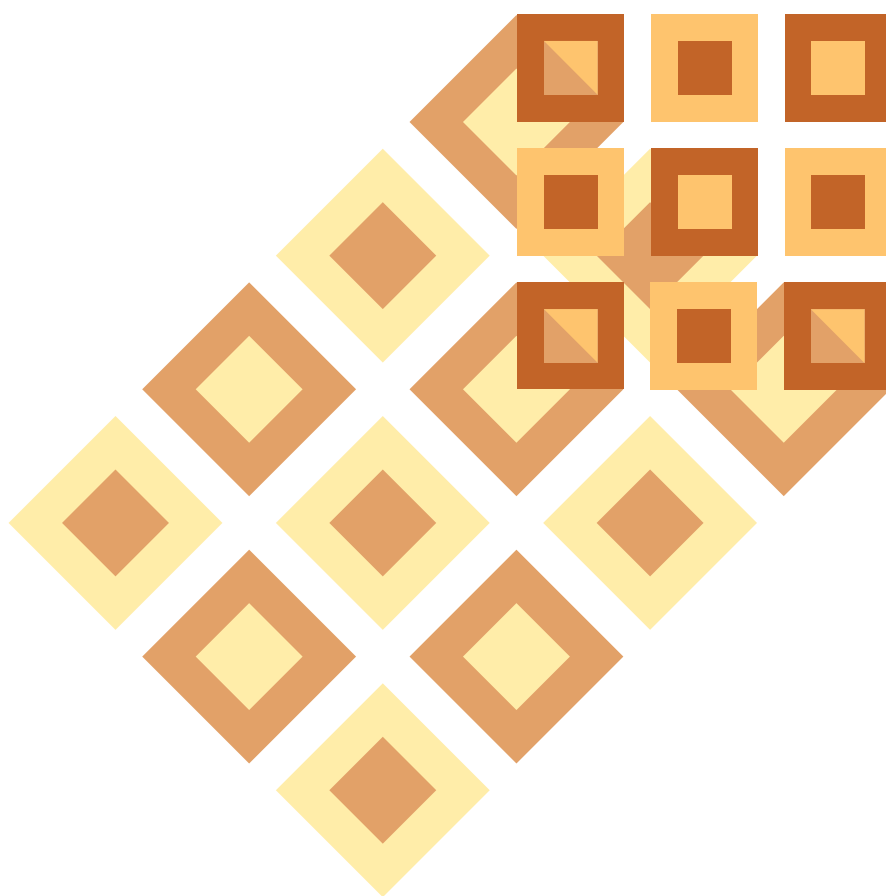


MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO

CARTA SOCIAL

REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

RELATÓRIO 2002



DEEP

DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO

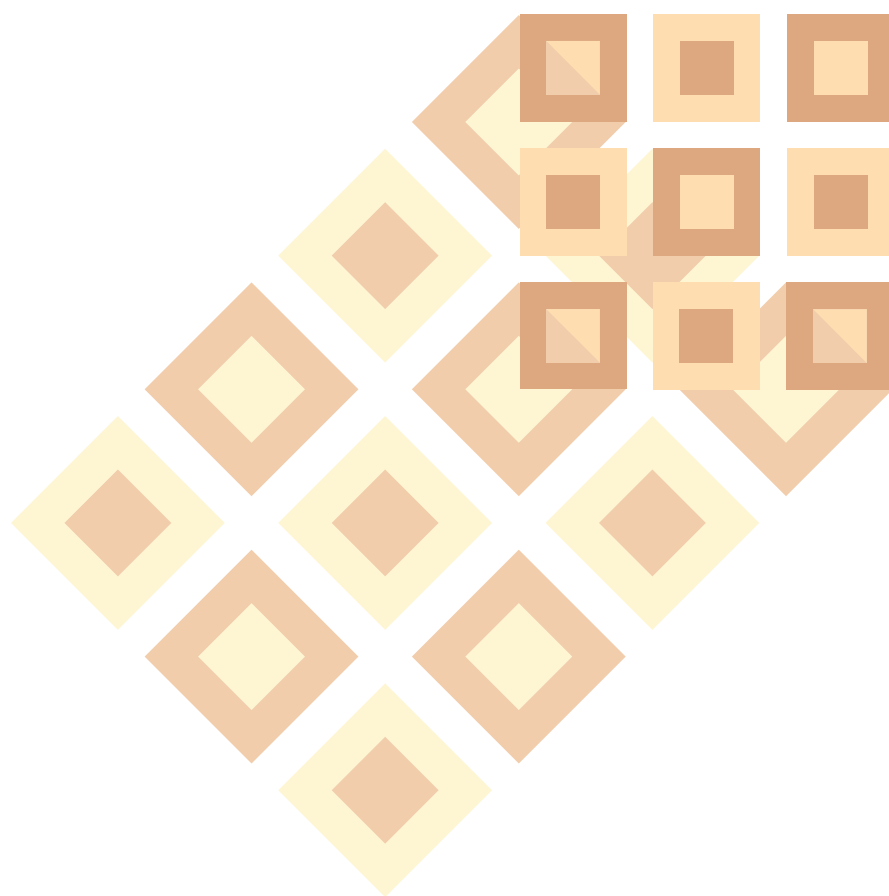
PUBLICAÇÃO CO-FINANCIADA PELO FUNDO SOCIAL EUROPEU

MINISTÉRIO DA SEGURANÇA SOCIAL E DO TRABALHO

CARTA SOCIAL

*REDE DE SERVIÇOS
E EQUIPAMENTOS*

RELATÓRIO 2002



DEPARTAMENTO DE ESTUDOS, ESTATÍSTICA E PLANEAMENTO

Ministério da Segurança Social e do Trabalho
Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP) / MSST

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS

Relatório 2002

Coordenação de DEEP/MSST

Outras Edições

Plano Nacional de Emprego 1999 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2000 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2001 (versão PT e EN)

Plano Nacional de Emprego 2002

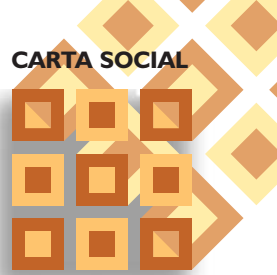
Plano Nacional de Emprego 2003

Carta Social – Equipamentos Sociais no âmbito do MTS (disquete)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2000 (CD Rom)

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2001

Carta Social – Rede de Serviços e Equipamentos, Relatório 2002



Resumo

Actualmente, a Carta Social consubstancia-se numa base de dados que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da rede de serviços e equipamentos, relacionáveis entre si e com referência geográfica ao nível da freguesia.

A actualização desta informação assenta num processo dinâmico (on-line), consistindo na recolha e lançamento dos dados por parte dos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de forma a obterem-se os elementos actualizados em tempo real.

Por conseguinte, o relatório que se apresenta elaborado numa perspectiva global, embora, sempre que pareceu útil, tenha sido ilustrado com elementos desagregados ao nível do distrito e concelho, pretende dar a conhecer o comportamento evolutivo dos aspectos mais influentes da rede de serviços e equipamentos, tendo por referência a situação em 31 de Dezembro de 2002.

Abstract

The Social Charter is presently embodied in a database containing several thematic files with the most relevant information on the network of inter-related services and facilities at parish level.

The updating of that information relies on a dynamic process (on-line) that consists in the collection and introduction of data by the Solidarity and Social Security District Centres and by "Santa Casa da Misericórdia" of Lisbon in order to get updated data in a due time.

Therefore, the report, which shows a global perspective, although whenever deemed convenient, it has been illustrated with disaggregated data at district and municipality level, is intended to inform about the evolution of the most significant aspects of the services and facilities network, having as a reference the situation by the 31st December 2002.

© Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP),
Ministério da Segurança Social e do Trabalho (MSST), 2004

CARTA SOCIAL – REDE DE SERVIÇOS E EQUIPAMENTOS 2002
Coordenação de DEEP / MSST

Primeira edição: Fevereiro de 2004
Tiragem: 500
ISBN: 972-704-249-X
Depósito legal: 212 014/04

Coordenação Editorial, de Redacção e de Distribuição:

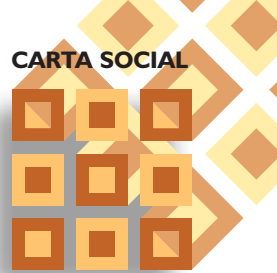
Centro de Informação e Documentação DEEP / CID)
Praça de Londres, 2, 2.º
1049-056 Lisboa
Tel.: (+351) 218 441 100
Fax: (+351) 218 406 171
E-mail: depp.cid@deep.msst.gov.pt
Página: www.deep.msst.gov.pt

Execução Gráfica: Editorial do Ministério da Educação

Reservados todos os direitos para a língua portuguesa,
de acordo com a legislação em vigor, por DEEP / MSST
Departamento de Estudos, Estatística e Planeamento (DEEP)
Rua Castilho, 24, 2.º, 1250-069 Lisboa
Tel.: (+351) 213 114 900
Fax: (+351) 213 114 949
Página: www.deep.msst.gov.pt

Coordenação-Geral: Maria Henriqueta Almeida
Coordenador do Trabalho: João Gonçalves
Equipa Técnica: Irene Miralto e José Miguel Nogueira
Apoio Informático: Ana Gil e Paula Espadinha

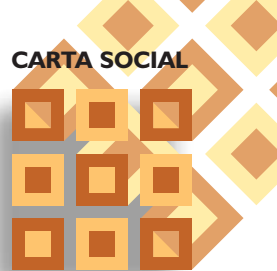
Colaboração: ISSS – Instituto de Solidariedade e Segurança Social
SCML – Santa casa da Misericórdia de Lisboa (MSST)



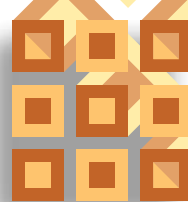
ÍNDICE

1. Nota introdutória	9
2. Caracterização geral da rede de serviços e equipamentos	10
2.1 – Entidades Proprietárias	10
2.1.1 – Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2002	10
2.1.2 – Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998 – 2002	11
2.2 – Equipamentos Sociais	11
2.2.1 – Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2002	13
2.2.2 – Equipamentos lucrativos e não lucrativos, evolução 1998 – 2002...	14
2.2.3 – Equipamentos novos e encerrados em 2002	14
2.2.4 – Principais motivos para o encerramento dos equipamentos	15
2.3 – Respostas sociais	16
2.3.1 – Distribuição espacial das respostas sociais segundo as áreas de intervenção – situação em 2002	16
2.3.2 – Respostas sociais por áreas de intervenção – situação em 2002	17
2.3.3 – Respostas sociais por áreas de intervenção, evolução 1998 – 2002	17
2.3.4 – Respostas sociais criadas e encerradas em 2002	18
2.3.5 – Relação entre a capacidade instalada, número de utentes e utentes com acordo de cooperação, evolução 1998 – 2002	19
3. Respostas sociais por áreas de intervenção	20
3.1 – Infância e Juventude	20
3.1.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002	20
3.1.2 – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002 ..	21
3.1.3 – Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002	22
3.1.4 – Horário de funcionamento das creches – situação em 2002	23
3.1.5 – A resposta social “Ama”	25
3.1.5.1 – Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998 – 2002	26
3.1.6 – Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância, relativamente à população residente com idade até 3 anos (inclusive)	26
3.2 – Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência	29
3.2.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002	29

3.2.2 – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002 ...	30
3.2.3 – Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002.....	31
3.3 – População Idosa	32
3.3.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002	32
3.3.2 – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002 ..	33
3.3.3 – Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2002	34
3.3.4 – Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a população idosa, relativamente à população idosa residente (>=65 anos)	35
3.4 – Família e Comunidade	37
3.4.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002	37
3.4.2 – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002 ...	38
3.4.3 – Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002	39
3.4.4. – A resposta social “Acolhimento Familiar”	40
3.5 – Toxicodependência	41
3.5.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002	41
3.5.2 – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002 ...	42
3.5.3 – Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002	43
3.6 – Pessoas infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias	44
3.6.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002	44
3.6.2 – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002 ...	45
3.6.3 – Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002	46
3.7 – Outras áreas de intervenção	46
3.7.1 – Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002	47
3.7.2 – Respostas sociais, capacidades e utentes na área da Saúde Mental, evolução 2000 – 2002	47
3.7.2.1 – Taxas de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2002	48
3.7.3 – Respostas sociais, capacidades e utentes na área das Pessoas em Situação de Dependência, evolução 2000 – 2002	49
3.7.3.1 – Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2002	50



4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: o esforço público	51
4.1 – Os Investimentos PIDDAC	51
4.1.1 – Total dos investimentos, evolução 1998 – 2002	51
4.1.2 – Investimento por áreas de intervenção, evolução 1998 – 2002	52
4.2 – Despesas de funcionamento	54
4.2.1 – Despesas de funcionamento, evolução 1998 – 2002	54
4.2.2 – Despesas de funcionamento por áreas de intervenção, evolução 1998– 2002	55
4.2.3 – Comparticipação da Segurança Social através dos Acordos de Cooperação, evolução 1998 – 2003	55
4.3 – Financiamento para investimento e funcionamento da rede de Serviços e Equipamentos	56
Anexos:	57
Nomenclaturas e conceitos	57



1. Nota introdutória ¹

A “Carta Social” enquanto repositório de informação de carácter social, pretende ser um instrumento de extrema importância no domínio da investigação social, da preparação da tomada de decisão aos diferentes níveis, de apoio à cooperação institucional e, muito em particular, de informação ao cidadão.

A “Carta Social” consubstancia-se numa Base de Dados que comporta diversos ficheiros temáticos com a informação mais relevante da rede de serviços e equipamentos, relacionáveis entre si e com referência geográfica ao nível da freguesia.

A actualização desta informação assenta num processo dinâmico (on-line), consistindo na recolha e lançamento dos dados por parte dos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social e da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, de forma a obterem-se os elementos actualizados em tempo real.

O relatório que se apresenta, tem como âmbito o Continente, embora, sempre que pareceu útil, tenha sido ilustrado com elementos desagregados ao nível do distrito e concelho. Pretende dar a conhecer o comportamento evolutivo da rede de serviços e equipamentos, tendo por referência a situação em 31 de Dezembro de 2002.

No entanto, estando os resultados do processo de actualização condicionados pela disponibilização da informação por parte das Instituições e pelos Centros Distritais e Santa Casa da Misericórdia de Lisboa, ainda não foi possível obter em 2002 a actualização integral dos elementos da rede de serviços e equipamentos, embora seja de assinalar uma melhoria satisfatória em relação ao ano de 2001. Assim, qualquer análise dos dados, deverá ter em conta o efeito dos constrangimentos apresentados.

De qualquer modo, pretende-se que estas limitações sejam superadas na sua plenitude, de modo a que a base de dados da Carta Social seja cada vez mais um instrumento de utilização fiável.

¹ No desenvolvimento deste Relatório, foram utilizados indiscriminadamente os termos “valência” e “resposta social”.

2. Caracterização geral da rede de serviços e equipamentos

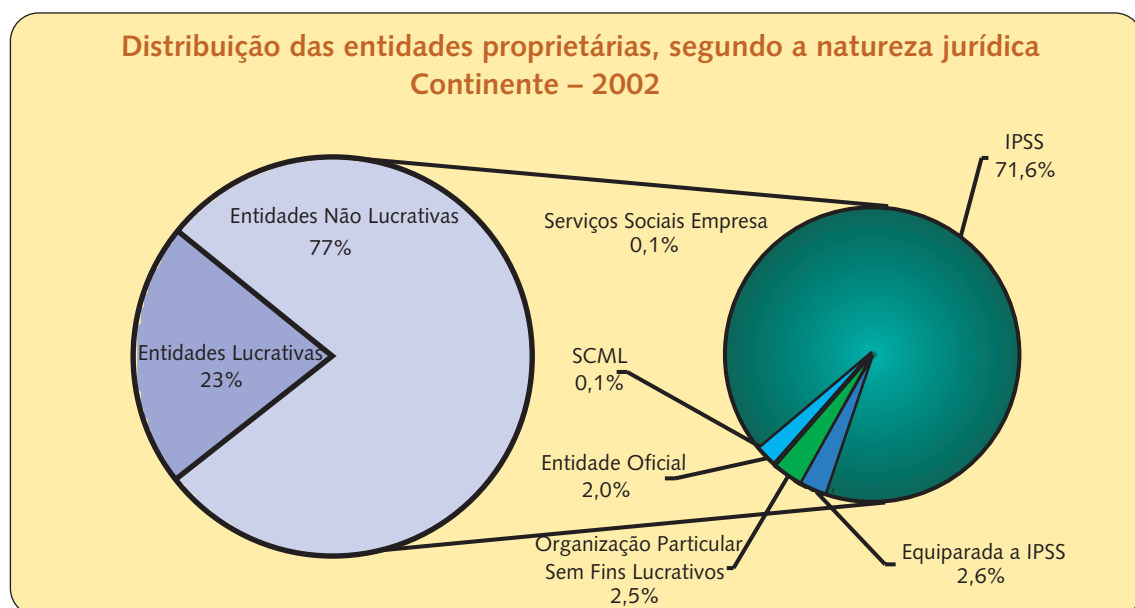
A caracterização geral da rede de serviços e equipamentos que se apresenta, tem por base, as entidades proprietárias dos equipamentos, os próprios equipamentos segundo a natureza jurídica e ainda as respostas sociais por área de intervenção.

2.1. Entidades Proprietárias

No âmbito deste relatório entende-se por entidade proprietária, qualquer entidade, individual ou colectiva, detentora ou gestora de equipamentos onde se desenvolvem respostas sociais.

2.1.1. Entidades lucrativas e não lucrativas – situação em 2002

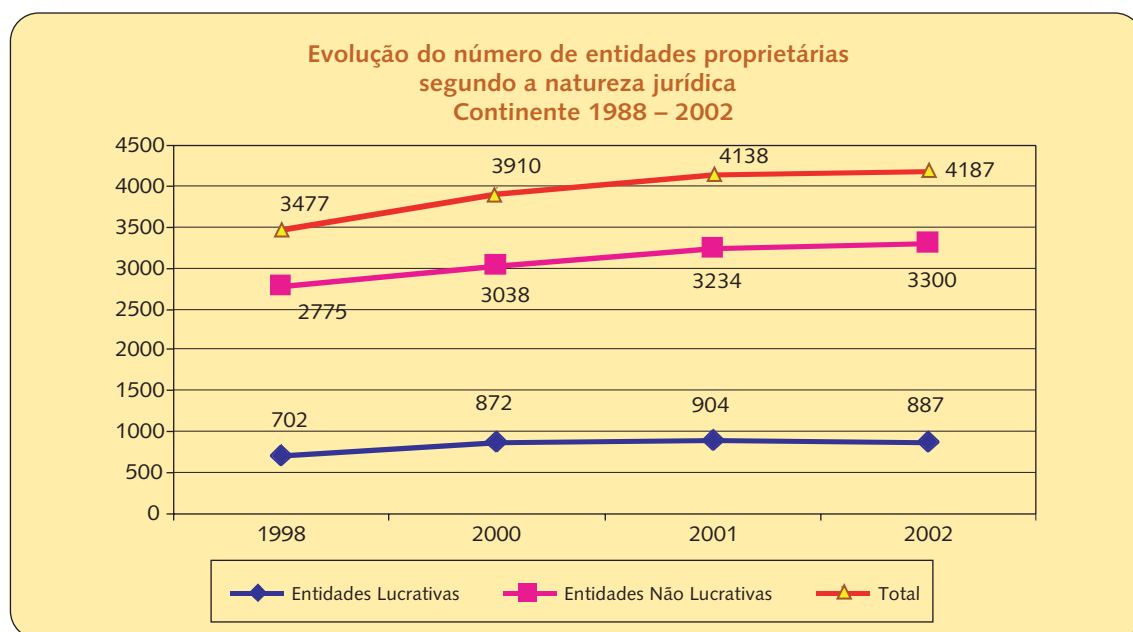
Numa análise mais detalhada, uma vez que a “Carta Social” engloba o universo dos equipamentos sociais disseminados pelo Continente, as entidades proprietárias ou gestoras foram classificadas segundo a sua natureza jurídica em entidades lucrativas e entidades não lucrativas. Estas últimas entidades compreendem: Instituições Particulares de Solidariedade Social, vulgarmente designadas por IPSS (Associações e Fundações de Solidariedade Social, Centros Sociais e Paroquiais, Irmandades das Misericórdias e Associações Mutualistas); Entidades Equiparadas a IPSS (Cooperativas de Solidariedade Social, Casas do Povo abrangidas pelos Despachos 13799/99 e 17749/99 e a Cruz Vermelha Portuguesa); Organizações Particulares sem Fins Lucrativos (Fundações, Associações, Casas do Povo e Sindicatos); Entidades Públicas a nível central e local (ISSS, Autarquias Locais, a Casa Pia de Lisboa e as Instituições dependentes de outros Ministérios); Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e Serviços Sociais das Empresas.



No final de 2002 existiam cerca de 4187 entidades proprietárias de equipamentos sociais, das quais, mais de 3/4 não têm fins lucrativos, constituindo as IPSS, cerca de 72% deste universo.

2.1.2. Entidades lucrativas e não lucrativas, evolução 1998 – 2002

O número total de entidades proprietárias de equipamentos sociais cresceu de uma forma contínua e significativa no período 1998-2002 (20,4%). Essa tendência crescente foi observada, tanto em relação às entidades não lucrativas (18,9%), que representam cerca de 80% do total, como também no que diz respeito às lucrativas (26,4% desde 1998).

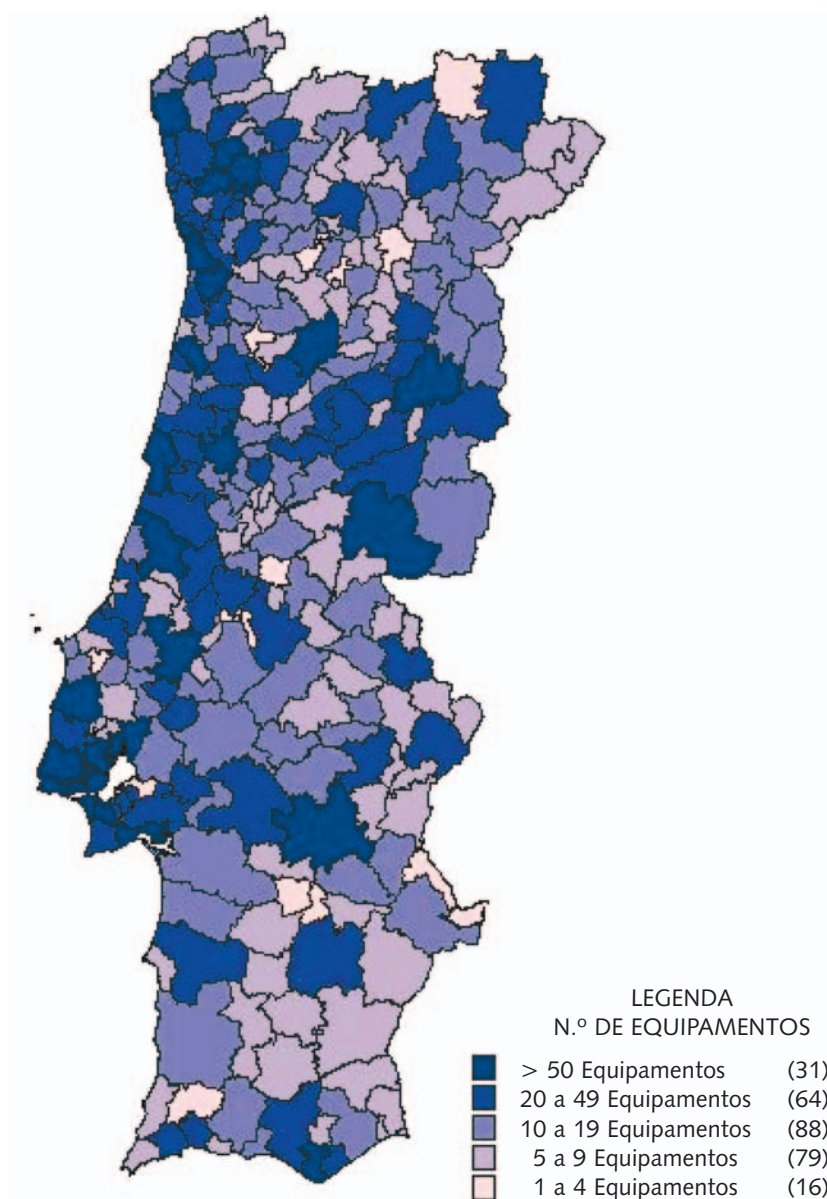


2.2. Equipamentos Sociais

No âmbito da “Carta Social”, considera-se como equipamento social toda a estrutura física onde se desenvolvem as diferentes respostas sociais ou estão instalados os serviços de enquadramento a determinadas respostas que se desenvolvem directamente junto dos utentes como, por exemplo, as amas e as creches familiares, as equipas de apoio social directo para toxicodependentes, ou o apoio domiciliário para pessoas com deficiência, pessoas infectadas com VIH/Sida e idosos.

Distribuição espacial dos equipamentos sociais por concelho Ano de 2002

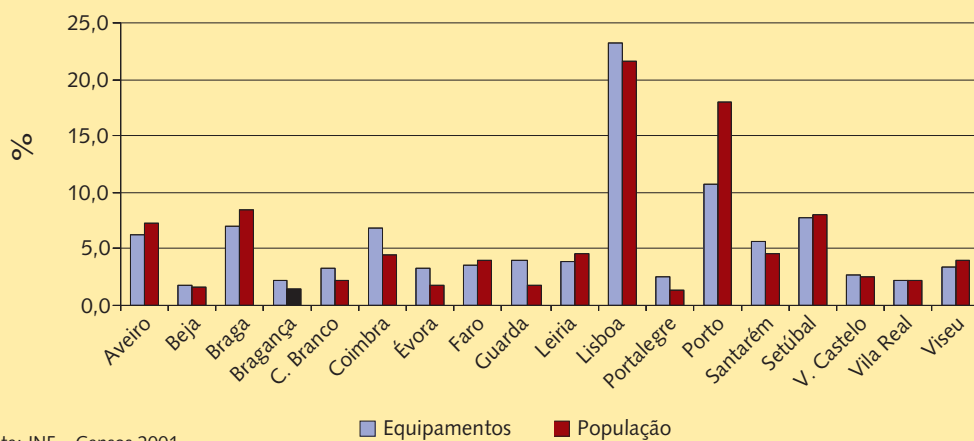
Todos os concelhos estão cobertos por equipamentos sociais. Apenas 5,8% detêm menos de 5 equipamentos, enquanto 11,5% contam com mais de 50 equipamentos, situação que é idêntica à observada em 2001.



De um modo geral, a concentração de equipamentos sociais tem acompanhado o padrão de distribuição da população no território continental, verificando-se uma grande densidade, nas áreas metropolitanas de Lisboa e Porto, bem como em toda a faixa litoral a norte da península de Setúbal, tal como nos concelhos sede de distrito.

Comparando a distribuição percentual da população e dos equipamentos sociais em funcionamento por distrito, observa-se que, à excepção do Porto, existe de uma maneira geral, uma correspondência em termos percentuais.

**Distribuição percentual dos equipamentos sociais e da população residente por distrito
Continente 2002**

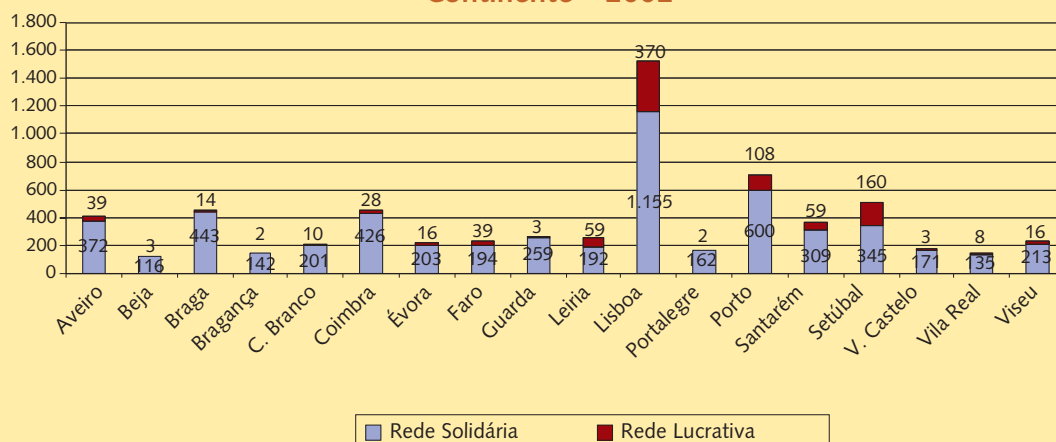


Fonte: INE – Censos 2001

2.2.1. Equipamentos lucrativos e não lucrativos – situação em 2002

À semelhança do observado quanto às entidades proprietárias, também o número de equipamentos sociais em funcionamento no Continente aumentou significativamente de 1998 (5.200) para 2002 (6.577), 26,5%, ao longo do período de análise. Cerca de 87,7% desses equipamentos pertencem à rede solidária, situação já verificada em 1998.

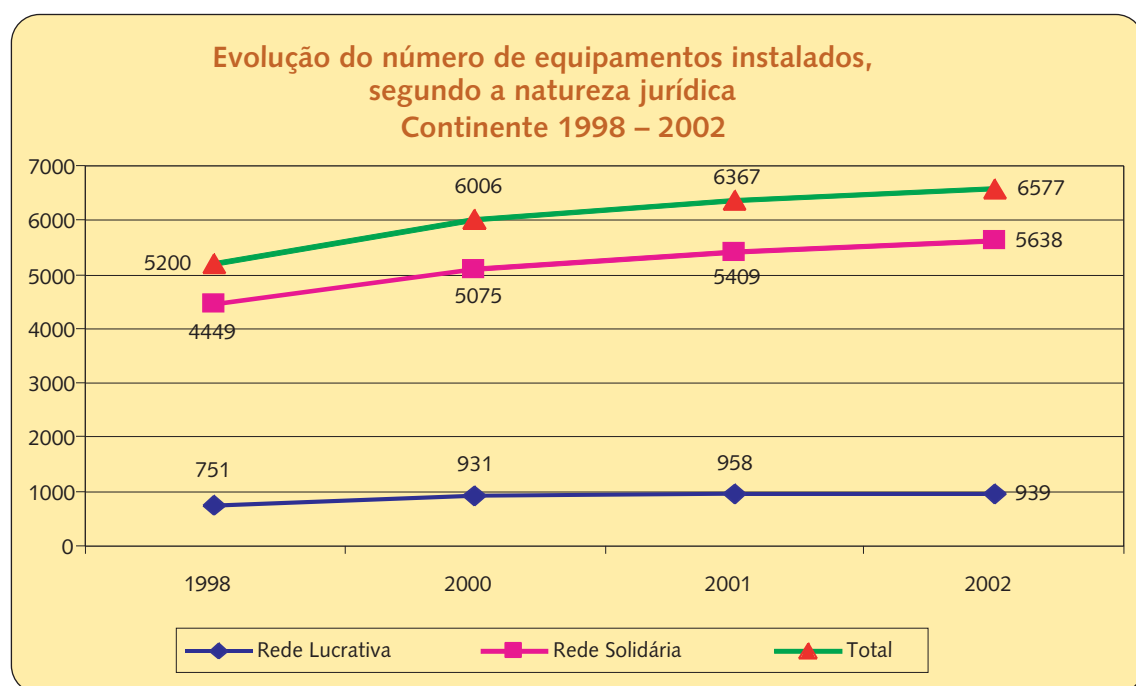
**Número de equipamentos segundo a natureza jurídica da entidade proprietária por distrito
Continente – 2002**



Do total de equipamentos instalados por distrito, Setúbal apresenta a maior percentagem de equipamentos lucrativos em funcionamento (31,7%). Lisboa (24,3%) e Leiria (23,5%), são também distritos onde o peso dos lucrativos é mais visível. Por outro lado, nos distritos da Guarda, Portalegre e Bragança só existem praticamente equipamentos afectos à rede solidária.

2.2.2. Equipamentos lucrativos e não lucrativos, evolução 1998 – 2002

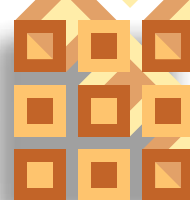
Embora em 2002 se tenha registado uma ligeira quebra do número de equipamentos lucrativos (menos 19 que os observados no ano anterior), não significa um desinvestimento nesta área. Este facto deve-se essencialmente aos acertos e correcções efectuadas na base de dados da Carta Social.



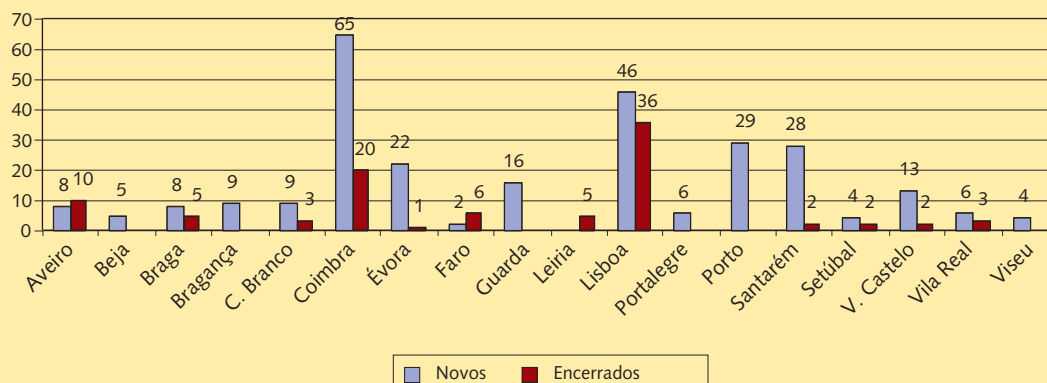
A rede solidária tem sido a grande responsável pelo crescimento do número total de equipamentos. De um modo geral, verifica-se que a rede de equipamentos sociais tem crescido a uma média de 344 equipamentos por ano, em que, em cada 6 novos equipamentos da rede solidária, tem correspondido a instalação de 1 da rede lucrativa.

2.2.3. Equipamentos novos e encerrados em 2002

Como ficou perceptível da análise efectuada nos pontos anteriores, o saldo entre equipamentos novos e encerrados é francamente positivo.



Equipamentos criados e encerrados por distrito Continente – 2002



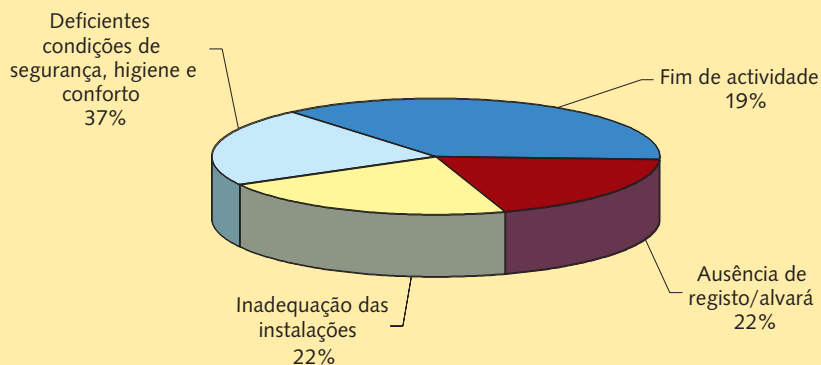
Os distritos mais dinâmicos em relação à instalação de novos equipamentos em 2002 foram os de Coimbra (mais 65), Lisboa (mais 46), Porto (mais 29) e Santarém (mais 28).

No que respeita ao encerramento de equipamentos, Lisboa (36 encerrados) e Coimbra (20 encerrados), são novamente distritos em destaque. Ainda em relação a estes dados, relembra-se que alguns destes equipamentos, também aqui denominados de “encerrados”, foram retirados da base de dados, aquando das correcções e acertos efectuados no âmbito da actualização da Carta Social 2002.

2.2.4. Principais motivos para o encerramento dos equipamentos em 2002

O gráfico seguinte apresenta as 4 principais razões apontadas pelos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social e pela Santa Casa da Misericórdia de Lisboa para o encerramento de equipamentos sociais no ano de 2002.

Distribuição das principais razões do encerramento de equipamentos Continente 2002



As deficientes condições de segurança, higiene e conforto são os principais motivos para o encerramento de equipamentos sociais (37%).

A inadequação das instalações e a ausência de licenciamento (no caso de equipamentos da rede solidária), ou de alvará para funcionamento (caso dos equipamentos da rede lucrativa), são a segunda maior causa de encerramento (22%). Apenas 19% encerraram por terem manifestado essa intenção.

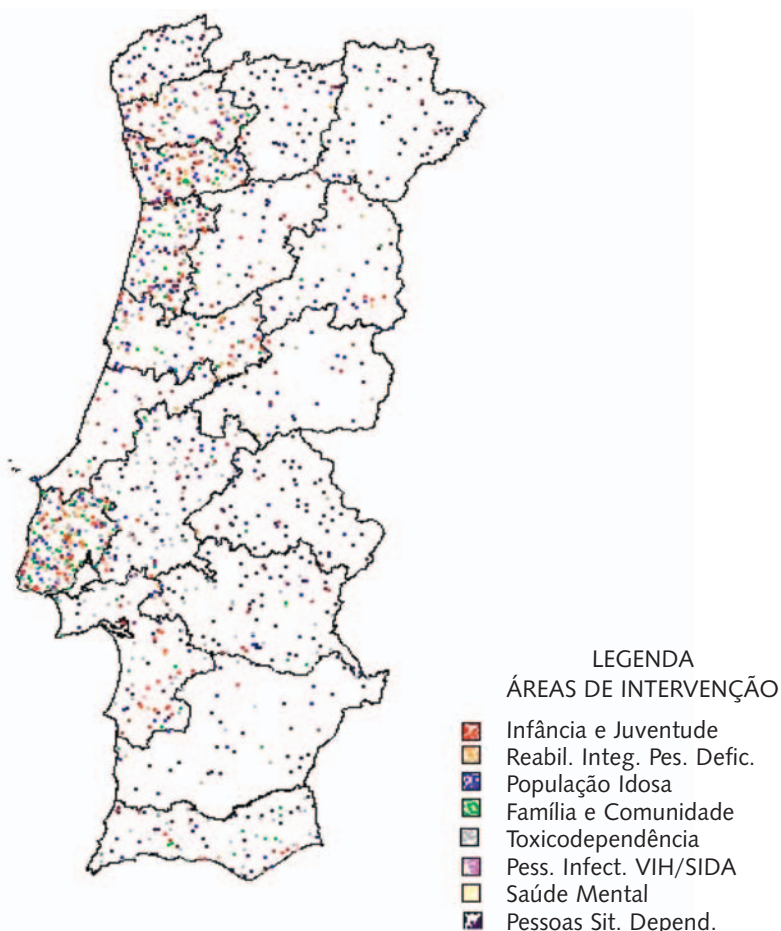
Independentemente dos motivos para o encerramento, constata-se que a grande maioria dos equipamentos encerrados, pertence à rede lucrativa.

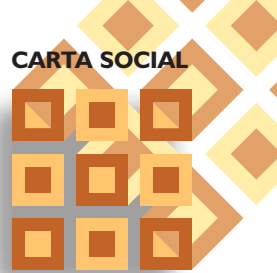
2.3. Respostas Sociais

2.3.1. Distribuição espacial das respostas sociais, segundo as áreas de intervenção – situação em 2002

A distribuição espacial das respostas sociais não é uniforme por todo o território continental, acompanhando geralmente a densidade populacional de cada área geográfica.

Distribuição espacial das respostas sociais segundo as áreas de intervenção Ano de 2002



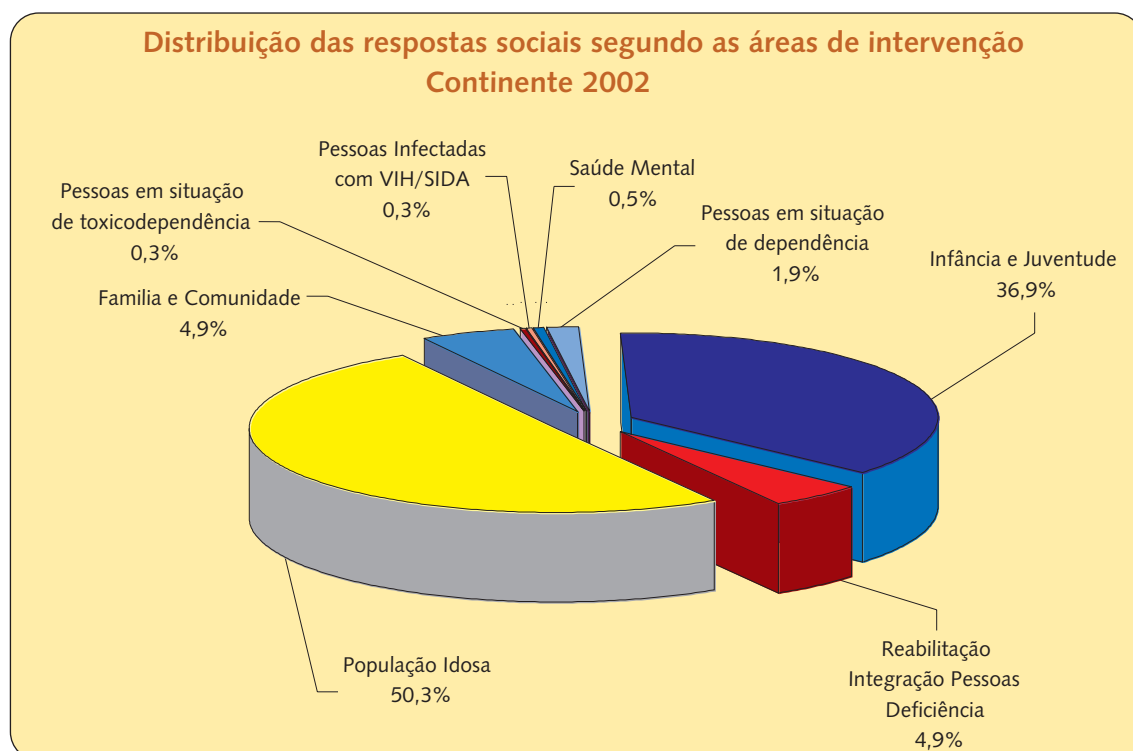


A maior concentração de valências ocorre nas zonas litoral norte e centro, estendendo-se até à península de Setúbal.

As respostas para as crianças e jovens apresentam uma concentração na área envolvente dos grandes núcleos urbanos, com especial relevo para as capitais de distrito, enquanto que as dirigidas à população idosa, encontram-se disseminadas pelo território.

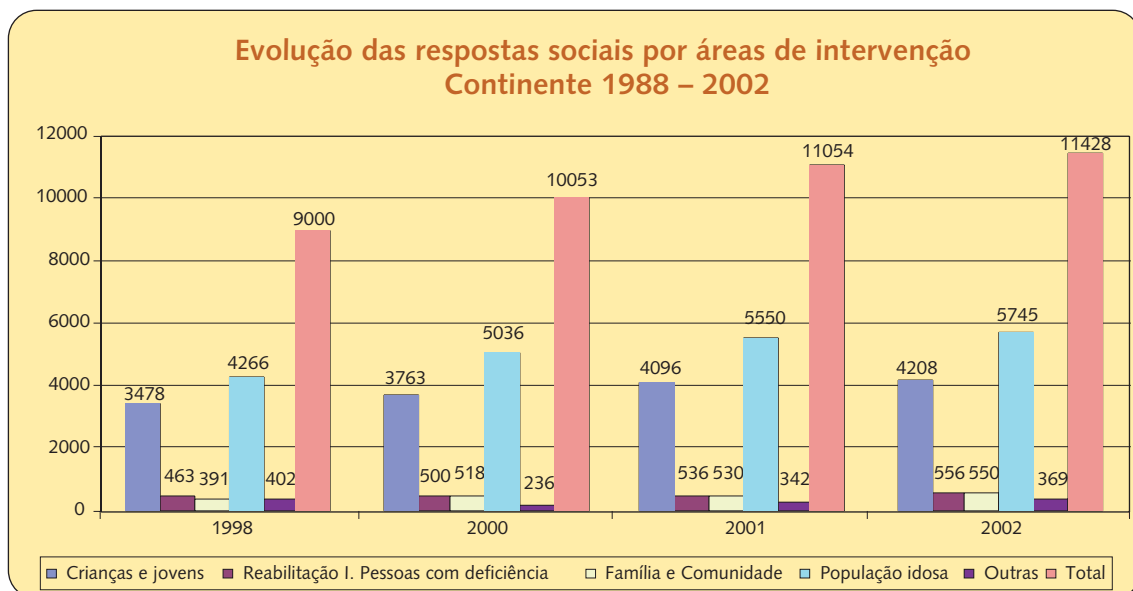
2.3.2. Respostas sociais por áreas de intervenção – situação em 2002

Em 2002, 87,2% das respostas sociais a funcionar em Portugal Continental são exclusivamente destinadas às áreas da Infância e Juventude e da População Idosa. Cerca de metade da totalidade das respostas sociais (50,3%), elegem como público alvo a população idosa, facto que por si só reflecte o significativo peso desta área no investimento social.



2.3.3. Respostas sociais por áreas de intervenção – evolução 1998 – 2002

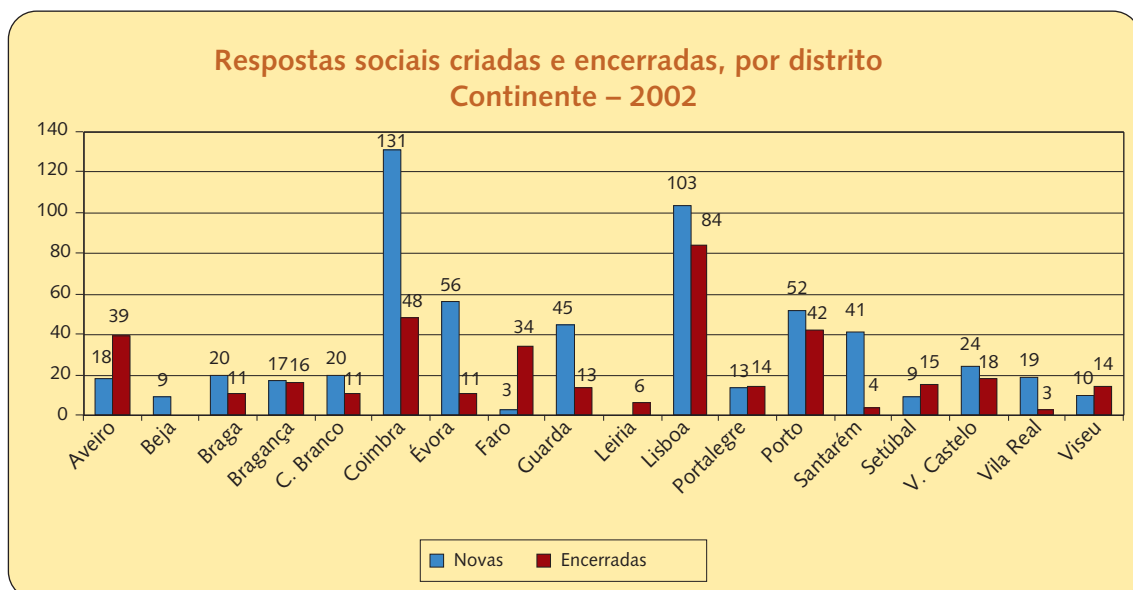
A oferta de serviços e equipamentos sociais aumentou ao longo dos últimos anos para a generalidade das áreas de intervenção. Em relação a 1998, esse crescimento traduziu-se na entrada em funcionamento de mais 11.430 respostas sociais (26,9%).



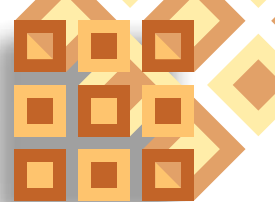
As áreas de intervenção com maior ritmo de crescimento foram as da “Família e Comunidade” (40,7%) e da “População Idosa” (34,7%).

2.3.4. Respostas sociais criadas e encerradas em 2002

Através do gráfico pode observar-se a dinâmica de crescimento de respostas sociais no Continente.



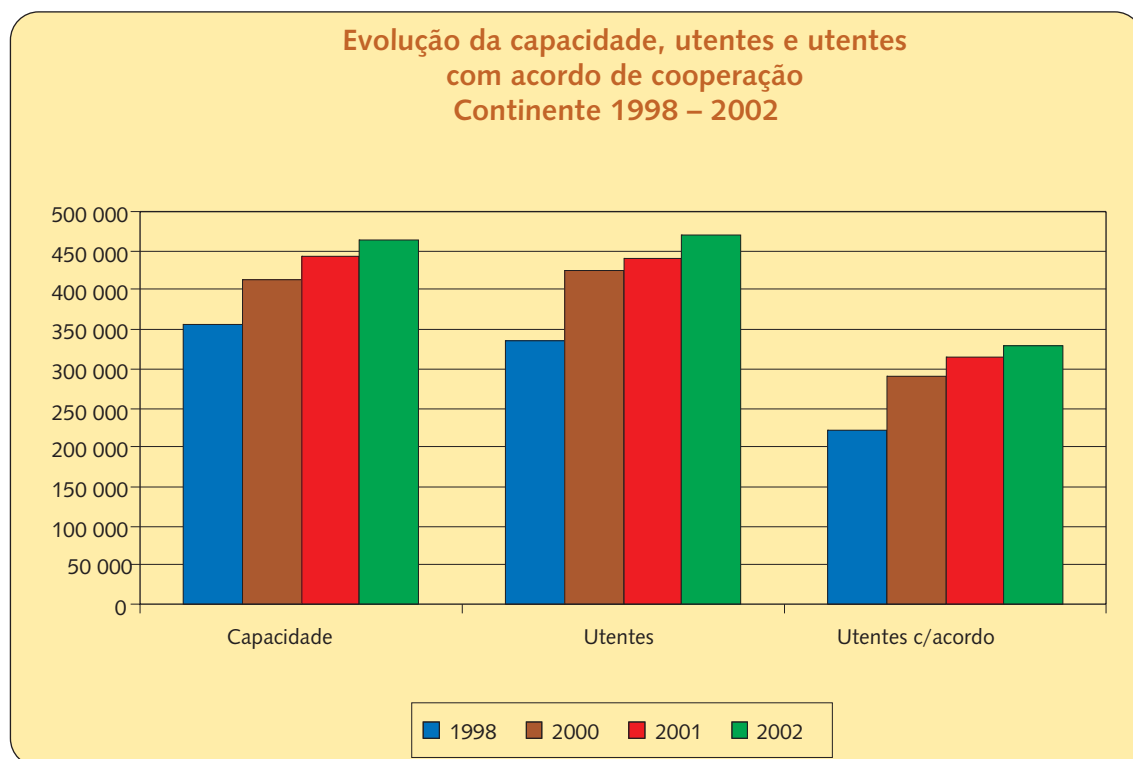
De 2001 para 2002, foram criadas mais 590 valências. Comparando o número total de respostas criadas, com as que entretanto encerraram, o saldo observado não deixa de ser positivo.



Os distritos de Coimbra (131), Lisboa (103) e Porto (52), foram aqueles que registaram um maior número de novas respostas sociais em 2002.

2.3.5. Relação entre a capacidade instalada, número de utentes e utentes com acordo de cooperação, evolução 1998 – 2002

O reforço da Rede Social, ao longo dos últimos anos, para além de se traduzir no aumento do número de respostas sociais, reflectiu-se também positivamente na capacidade instalada e no número de utentes. Em comparação com 1998, em 2002 criaram-se mais 109.767 lugares (30,9%) e abrangeram-se mais 133.314 utentes (39,7%), representando o número de utentes com acordo de cooperação mais de 48,7%.



Em termos gerais, observa-se que a partir de 2000, a oferta de serviços e equipamentos sociais encontra-se esgotada ou prestes a isso, tendo em conta o elevado número de utentes que utilizam estes serviços.

Em 2002, 69,9% da população utilizadora das respostas sociais, dispunha de acordo de cooperação, percentagem que é tanto mais elevada se se considerar que dentro do universo dos utentes contabilizados, incluem-se também os que frequentam estabelecimentos lucrativos.

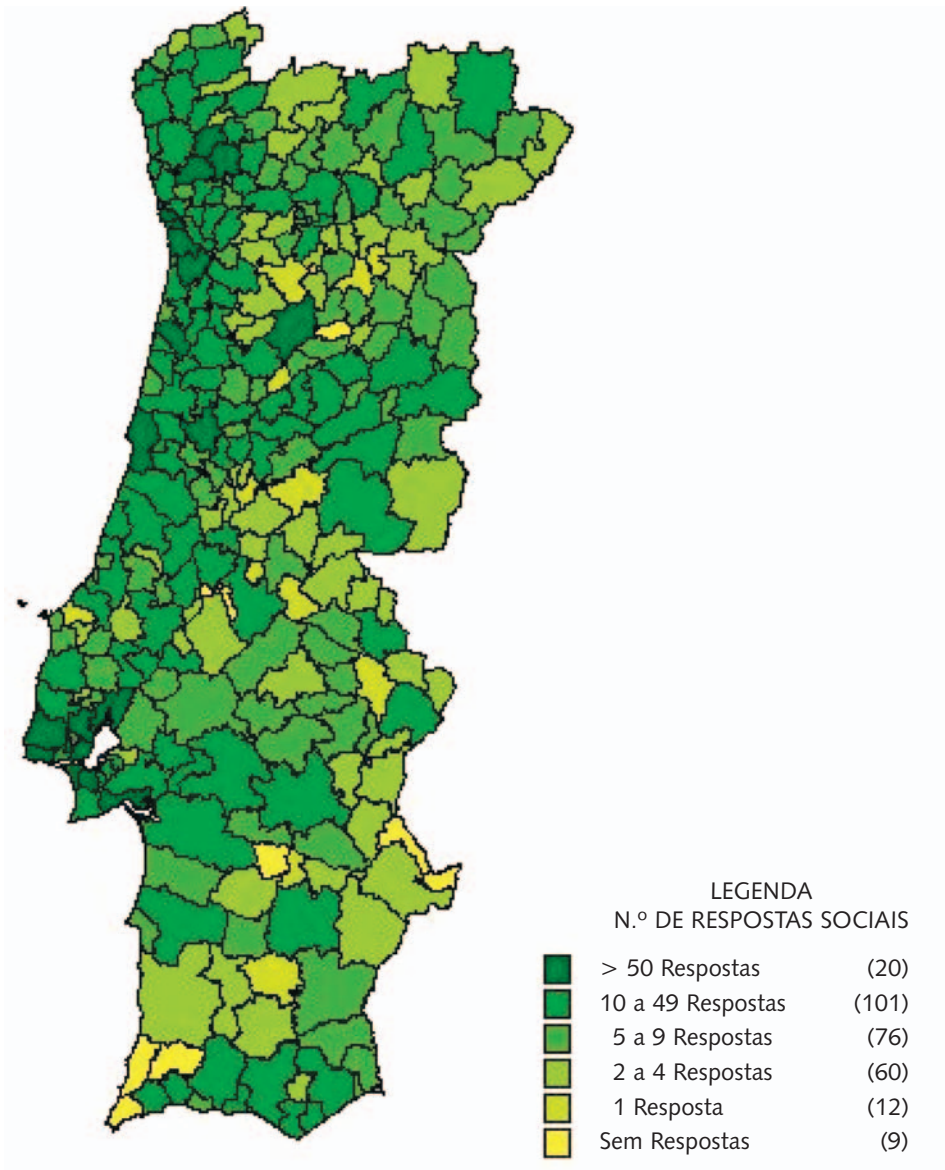
3. Respostas sociais por áreas de intervenção

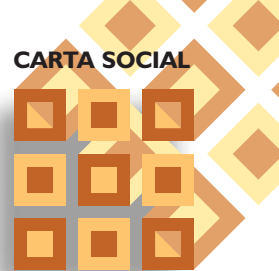
3.1. Infância e Juventude

3.1.1. Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002

O mapa seguinte contempla as respostas sociais para crianças e jovens desenvolvidas em equipamentos sociais, não se encontrando cartografadas as valências de “Ama” que, dadas as suas características, serão tratadas à parte, neste capítulo.

**Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Infância e Juventude
Ano de 2002**





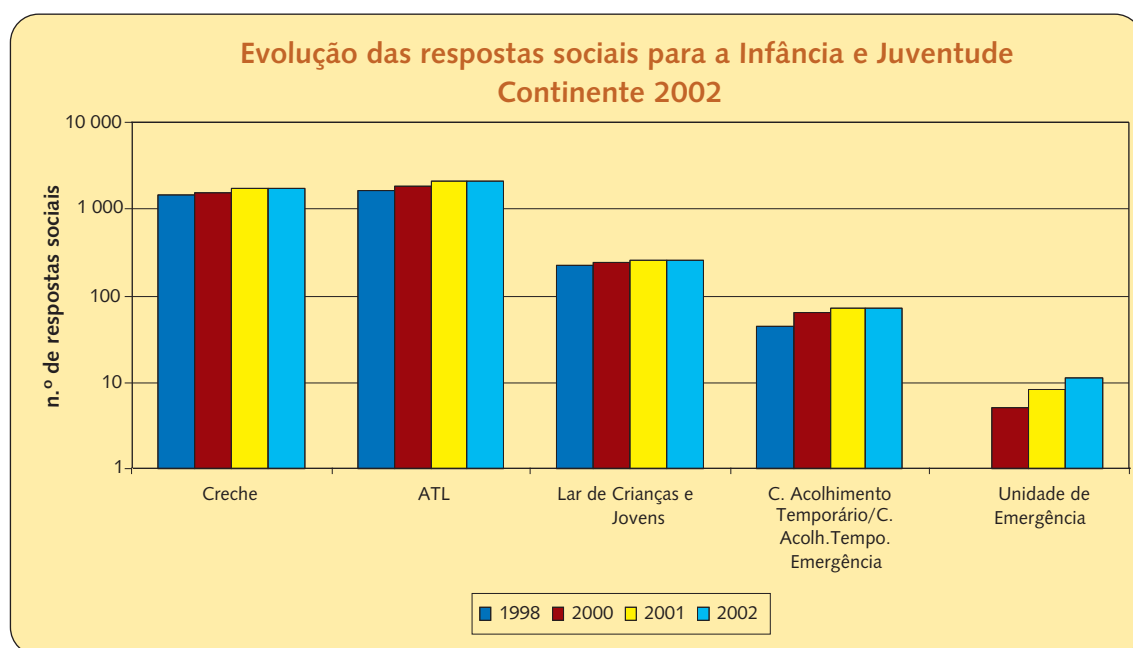
De uma maneira geral os concelhos mais populosos são também aqueles que apresentam maior número de respostas sociais, denotando-se um equilíbrio entre a densidade populacional e a distribuição de equipamentos sociais.

Os equipamentos para a infância e juventude tendem a instalar-se nas áreas urbanas, em locais próximos da residência, ou do local de trabalho dos pais.

No Continente, apenas nove concelhos não apresentam respostas sociais para esta população alvo.

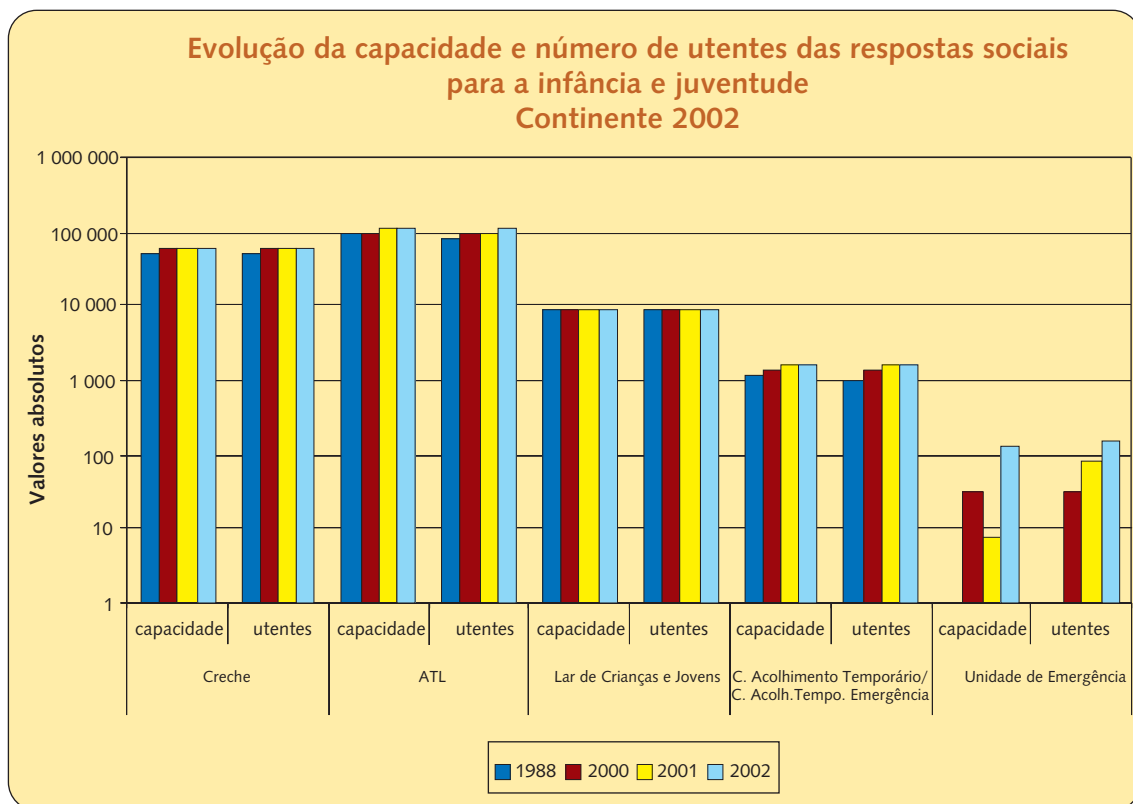
3.1.2. Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002

De um modo geral, observa-se uma evolução positiva do número de respostas sociais para a área da Infância e Juventude. Desde 1998 e tendo em conta o total das respostas para este público alvo, o número de valências em funcionamento cresceu 21%.



Analisando os dados por resposta social e comparando com o ano de 1998, constata-se que o número de Centros de Actividades de Tempos Livres (ATL), subiu 28,3%, aumentando também o número de creches, 16,1% e o número de Lares de Crianças e Jovens, 12,1%.

As respostas sociais dirigidas às crianças e jovens em situação de risco – Centros de Acolhimento Temporário e Unidades de Emergência – são as que registam um aumento percentual mais acentuado desde 1998, situação que se prende com a sua introdução recente na rede social e com o facto de ainda se encontrarem em fase de expansão. O investimento social realizado nos últimos anos na área das Crianças e Jovens em situação de risco, reflecte a preocupação com esta problemática.

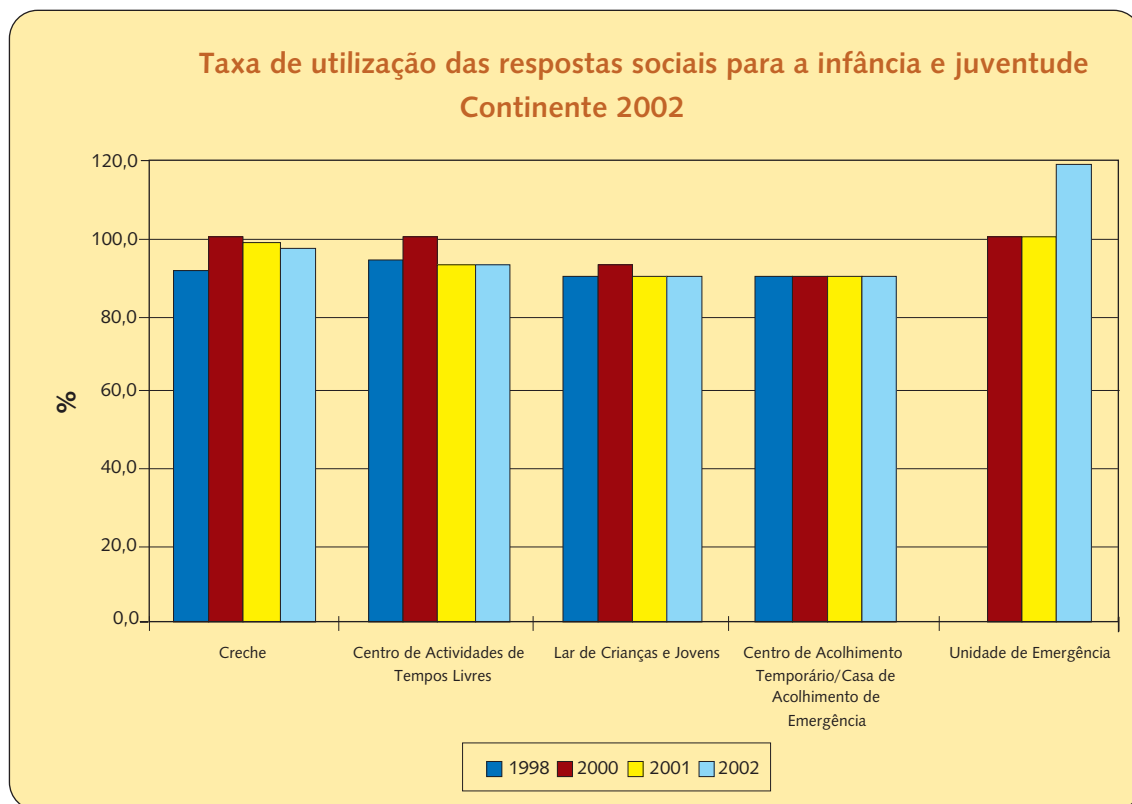


Em 2002, por comparação com o primeiro levantamento da Carta Social realizado em 1998 e no conjunto das respostas sociais para a infância e juventude, a capacidade instalada foi reforçada em mais 33.044 lugares, sendo abrangidos mais 33.967 utentes.

No que diz respeito a cada uma das cinco respostas sociais acima identificadas, tem vindo a registar-se um incremento tanto da capacidade instalada, como do número de utilizadores, à excepção dos Lares de Crianças e Jovens, cujo comportamento evolutivo tem-se mantido estável. No tocante às quatro restantes respostas (quer ao nível da capacidade, quer do número de utentes), a taxa de crescimento oscila entre os 25% (no caso das valências mais antigas – creche e ATL) e mais de 60% (no caso das respostas sociais mais recentes e destinadas a acolher crianças e jovens em risco).

3.1.3 – Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002

A taxa de utilização (relação entre o número de utentes e a capacidade instalada), em qualquer uma das respostas sociais para crianças e jovens, independentemente do ano de referência, tem sido sempre superior a 90%, o que aponta para uma persistente ocupação, muito próxima do pleno.



Em termos evolutivos (1998-2002) e em geral, constata-se também a inexistência de variações significativas na taxa de ocupação destas respostas.

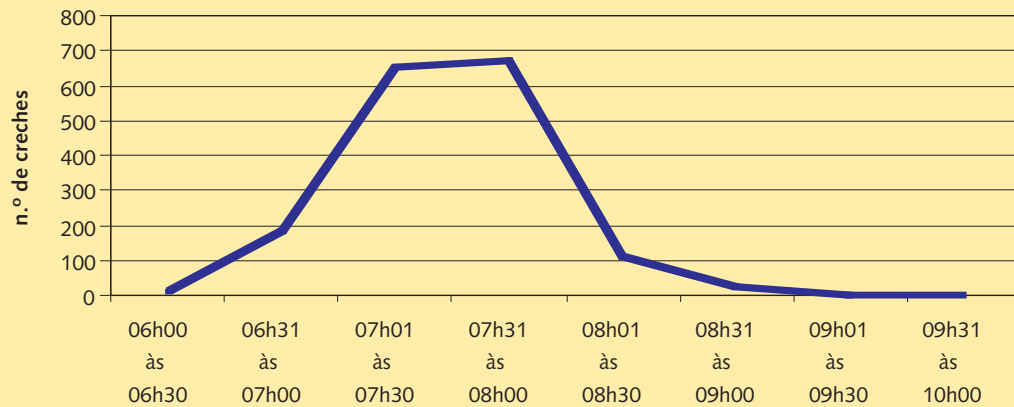
A sobrelotação observada em 2002, na resposta “Unidade de Emergência”, deverá ser analisada com prudência, pois, devido à tipologia e natureza transitória desta valência, pode ter ocorrido, que durante o mês de referência, o mesmo lugar, tenha sido ocupado por mais do que um utente.

Não considerando a “Unidade de Emergência”, a “Creche”, continua ser a resposta que detém uma maior taxa de utilização (97,3%), ainda que, graças à instalação de novas unidades por todo o país, se tenha superado a situação que se verificava em 2000 (sobrelotação) e 2001 (99,4%),

3.1.4. Horário de funcionamento das creches – situação em 2002

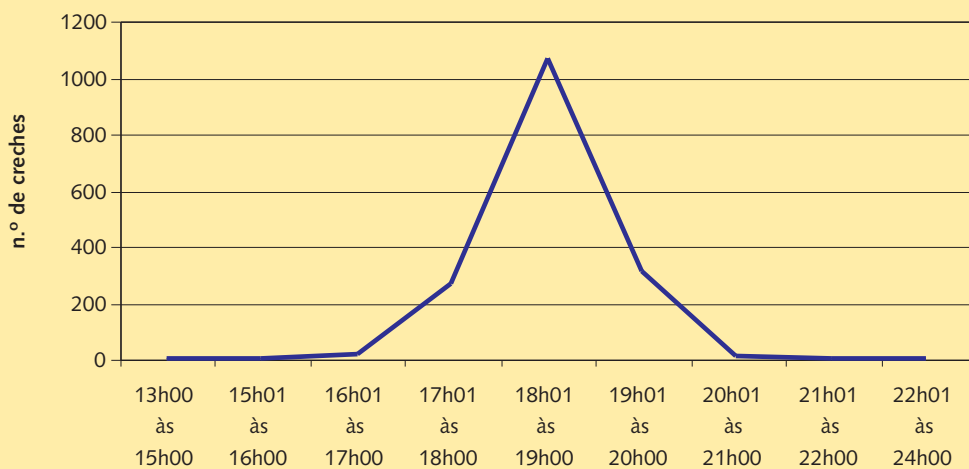
O horário de funcionamento das creches está relacionado com a sua área de influência, que, em alguns casos pode ser definido em função do local de residência da criança e noutros em função do local de trabalho dos pais.

Horário de abertura das creches situação em 2002



No que se refere ao horário de abertura das creches, verifica-se que a grande maioria (73,2%), inicia a actividade entre as 07.30h e as 08.00h.

Horário de encerramento das creches situação em 2002



Quanto ao horário de encerramento, a maior parte das creches (64,3%) encerra entre as 18.00h e as 19.00h.

Apenas 17% das creches encerram até às 18H00 e somente 19,9% encerram depois das 19H00, situação que por vezes poderá dificultar a recolha das crianças.

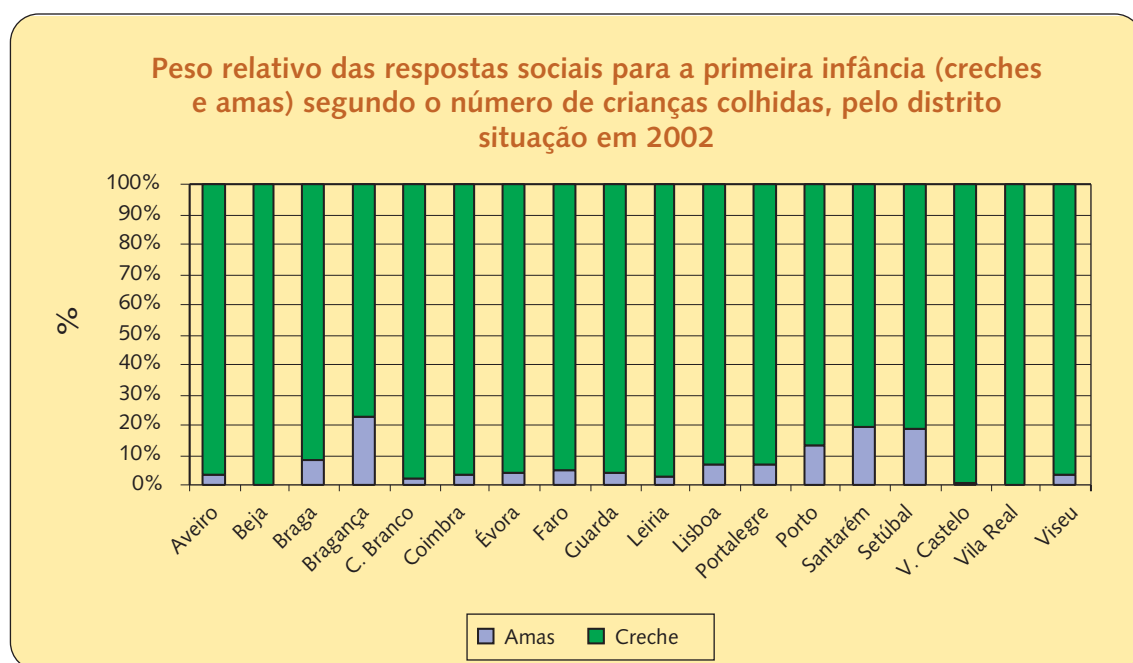
3.1.5. A resposta social “Ama”

A resposta social “Ama”, destinada ao mesmo grupo etário das crianças que frequentam a creche (3 meses aos 3 anos), é aqui apresentada de forma autónoma, por não depender directamente de um equipamento social, sendo uma actividade desenvolvida em casa da ama.

Em determinadas zonas geográficas, esta resposta social tem também a finalidade de suprir a deficiente cobertura da rede de creches, ou os problemas de sobrelotação destas.

Na maior parte dos casos, as amas estão enquadradas técnica e financeiramente pelos Centros Distritais de Solidariedade e Segurança Social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou por Instituições Particulares de Solidariedade Social.

Até 2001, a metodologia de recolha dos dados referentes a amas foi diferente da adoptada para as restantes respostas sociais, assentando na informação administrativa existente nos diversos Centros Distritais de Segurança Social, passando em 2002 a ser obtida nos mesmos moldes das demais respostas sociais.

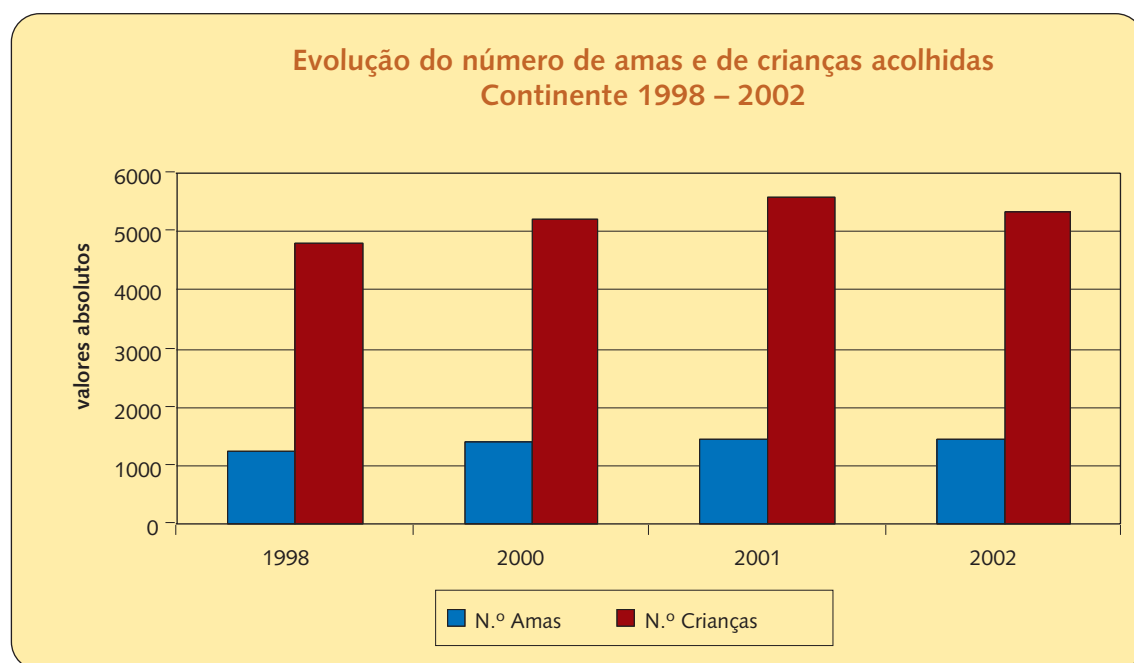


O peso relativo das crianças em “ama” não é uniforme em todos os distritos.

O distrito de Bragança continua a ser aquele que detém a maior percentagem de crianças acolhidas em ama (23,3%), seguido de Santarém (19,5%) e de Setúbal (18,8%). Ao invés, Beja e Vila Real, não apresentam qualquer resposta de “Ama”, situação que já ocorria em 2001.

3.1.5.1. Número de amas e crianças acolhidas, evolução 1998 – 2002

O quadro seguinte demonstra uma evolução muito positiva até 2001, quer do número de amas, quer do número de crianças acolhidas, embora, no último ano, o número de amas e de crianças, tenha diminuído ligeiramente, facto que pode ter resultado do incremento da rede nacional de creches.



Das 5.355 crianças acolhidas em ama, apenas 13 têm alguma deficiência (0,2%), percentagem esta, que tem vindo a diminuir substancialmente desde 1998.

Em 2002 e em valores médios, cada ama acolhe 3,7 crianças, número que diminuiu ligeiramente em relação ao ano anterior, cuja média se situou em 3,9 crianças/ama.

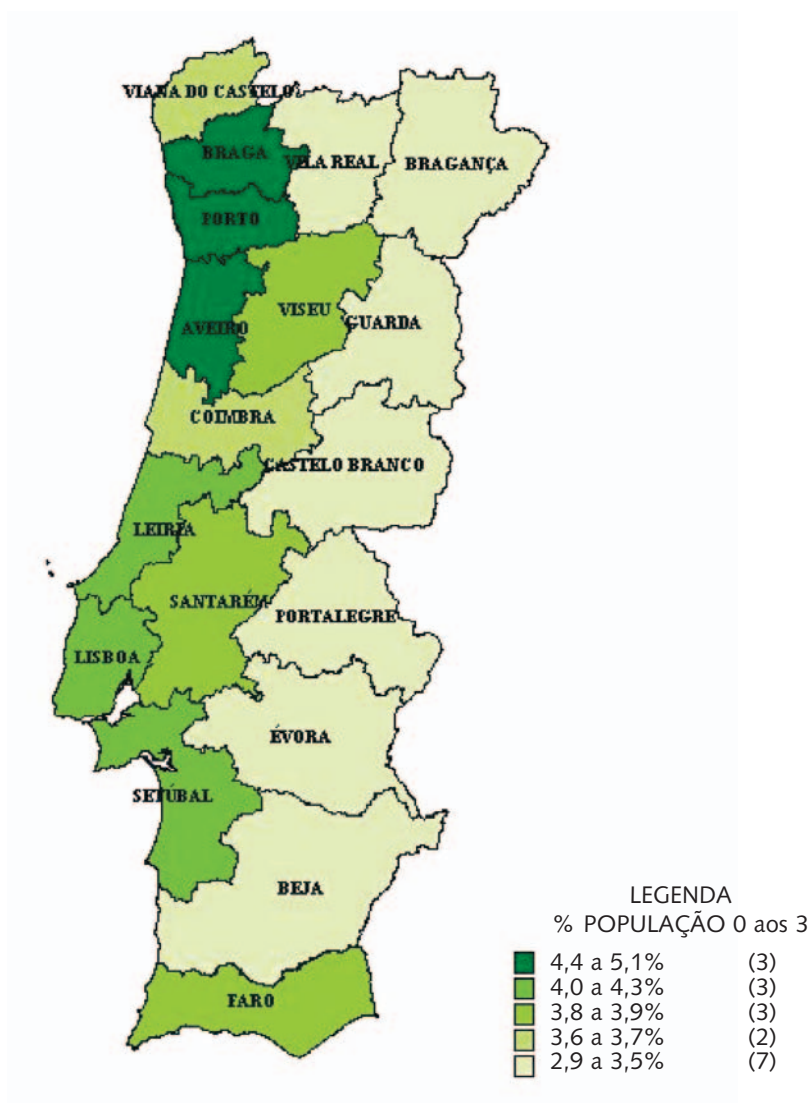
3.1.6. Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância, relativamente à população residente de idade até 3 anos (inclusive)

A determinação da taxa de cobertura real e potencial das respostas sociais para a primeira infância, exigiria conhecer a procura efectiva e potencial desses serviços e equipamentos, situação que requereria um outro estudo específico.

Conhecendo-se, no âmbito da primeira infância (creches + amas), a oferta existente (capacidade instalada), bem como a população do mesmo grupo etário, construíram-se dois mapas temáticos, desagregados ao nível distrital, visando ajudar a identificar esta relação.

O primeiro mapa põe em evidência o peso da população dos zero aos três anos, em relação à população total do distrito. O segundo estabelece uma comparação percentual entre a população dos zero aos três anos e a capacidade instalada por distrito.

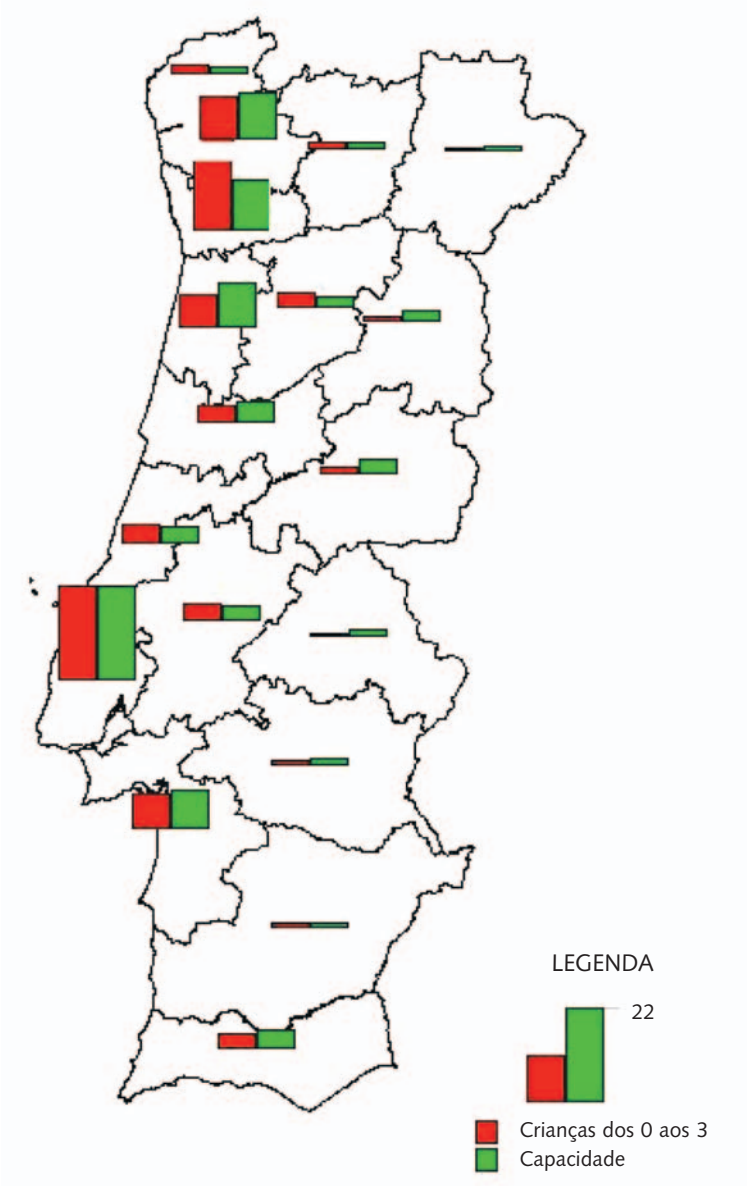
Relação entre a população dos 0 aos 3 anos e a população total, por distrito Ano 2002



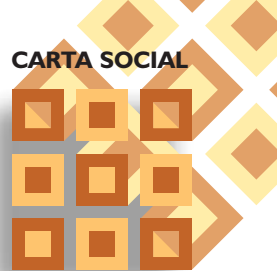
A primeira constatação a retirar do mapa anterior é claramente a dicotomia litoral/interior. Os 7 distritos com menor percentagem de crianças dos 0 aos 3 anos são exclusivamente distritos do interior. É sobretudo no norte do país, mais concretamente nos distritos de Braga, Porto e Aveiro que se observa a maior taxa de crianças deste grupo etário.

Ao contrário do verificado no mapa anterior, a dicotomia litoral/interior não parece influir na relação entre a oferta de serviços e equipamentos para a primeira infância e a população dos 0 aos 3 anos. Na maioria dos casos (distritos) essa relação é favorável à oferta, situação que poderá traduzir-se num indicador de existência de uma razoável cobertura destas respostas sociais.

Distribuição percentual da oferta (Amas e Creches) e da população alvo (<= 3 anos), por distrito – Ano de 2002



Lisboa é o único distrito onde se observa uma relação de perfeito equilíbrio entre o valor percentual da oferta de serviços e equipamentos e a população dos 0 aos 3 anos.

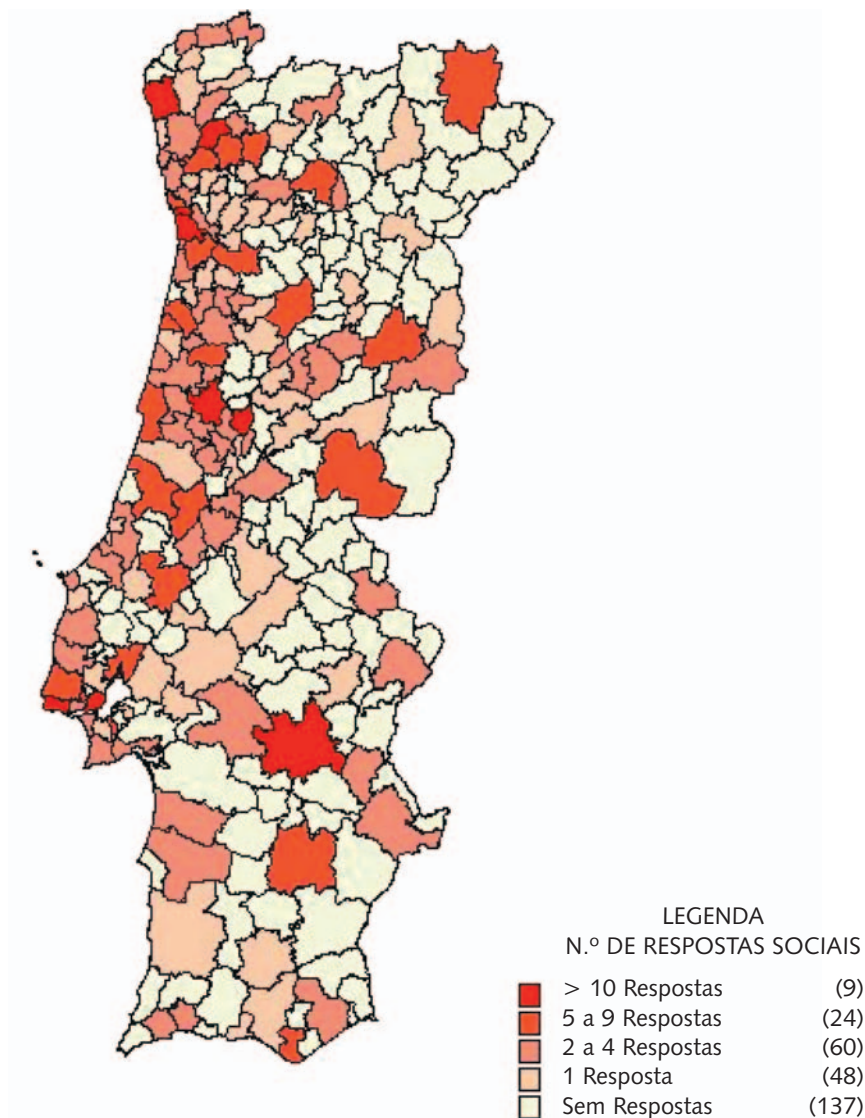


3.2. Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

3.2.1. Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002

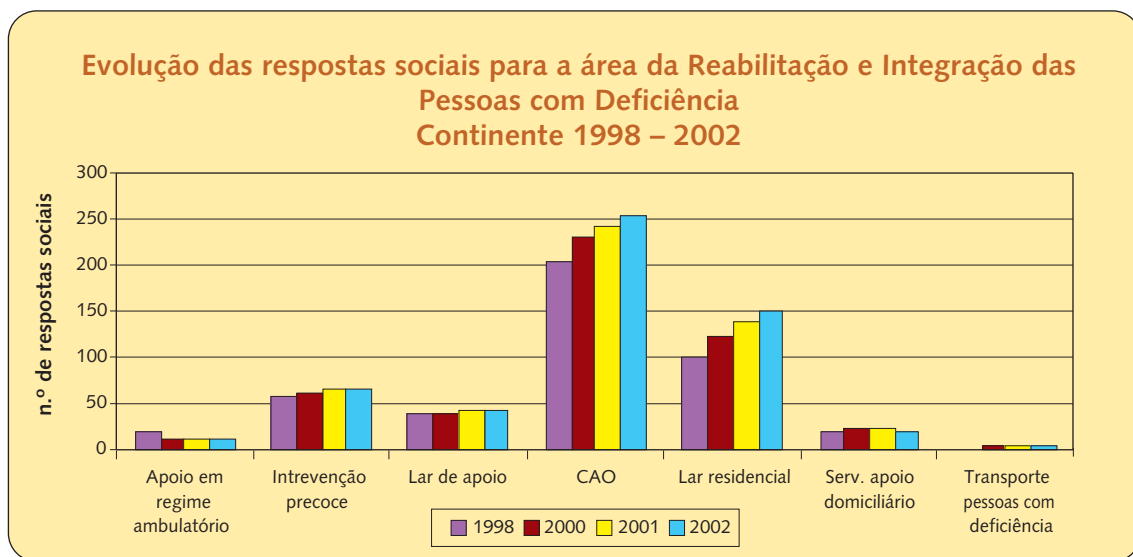
Cerca de metade dos concelhos de Portugal Continental não dispõem de qualquer resposta social para pessoas com deficiência. Deste modo, do universo dos concelhos cartografados, 49,1% (137) não se encontram cobertos por valências nesta área de intervenção. Dos 142 concelhos onde funcionam respostas para pessoas com deficiência, cerca de 33,8% apresentam apenas 1 valência.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Reabilitação e Integração das Pessoas com Deficiência, por concelho Ano de 2002



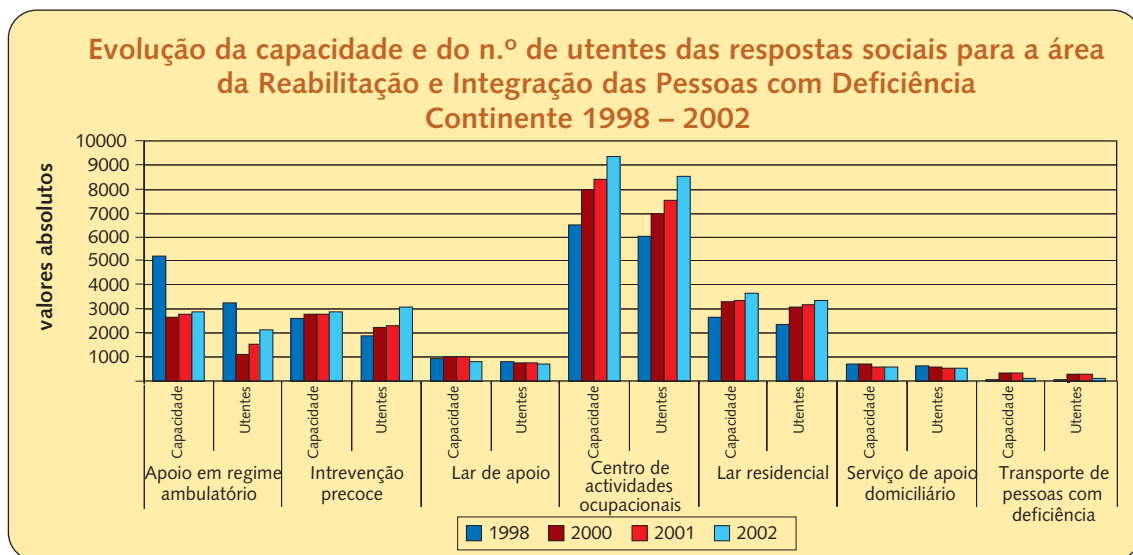
3.2.2. Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002

Em termos gerais e comparando com os dados de 1998, foram criadas mais 105 novas respostas para este público alvo, facto que se traduziu numa taxa de crescimento de 23,5%.



O Lar Residencial é inequivocamente a resposta social com maior taxa de crescimento (50%) desde 1998. O Centro de Actividades Ocupacionais e a Intervenção Precoce, são por esta ordem as valências que lhe seguem.

As restantes respostas sociais em funcionamento na área da Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência (Lar de Apoio, Apoio em Regime Ambulatorio, Serviço de Apoio Domiciliário e Transporte de Pessoas com Deficiência) mantiveram-se de uma maneira geral estáveis, em relação ao ano 1998.

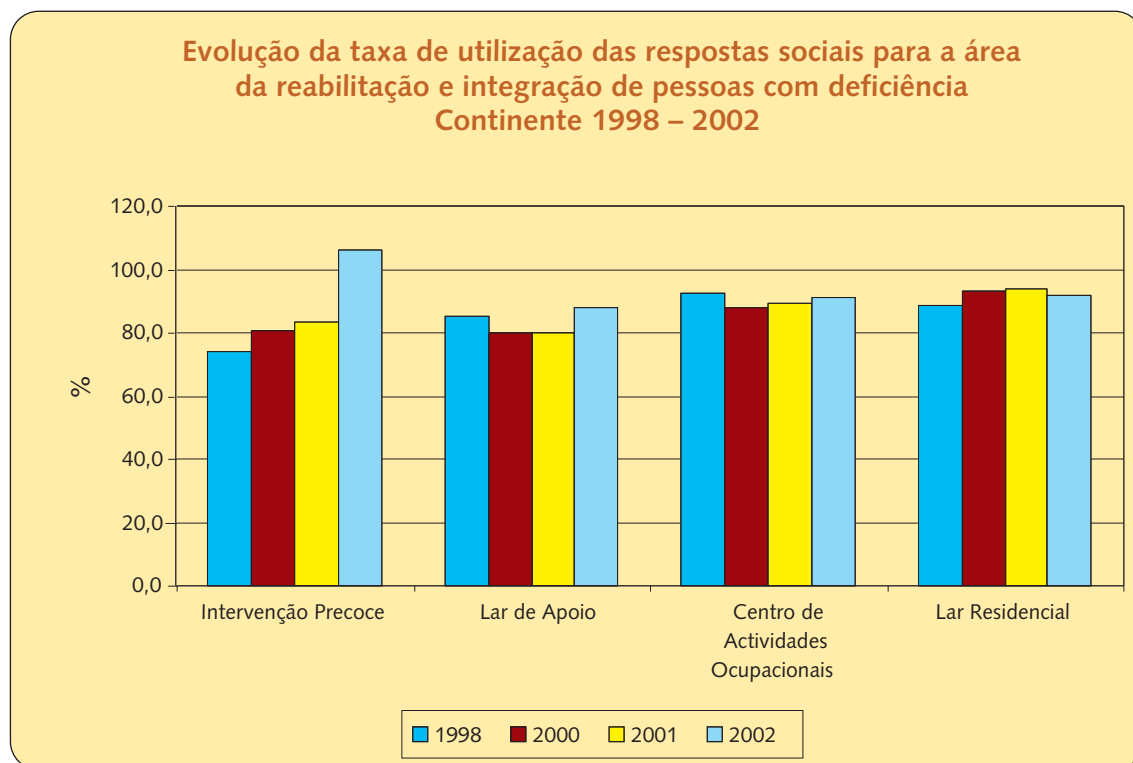


Em termos de valores totais, também a capacidade instalada e o número de utentes têm vindo a aumentar progressivamente. Deste modo e comparando com 1998, a capacidade para o total das respostas sociais para pessoas com deficiência foi reforçada em mais 1.640 lugares (8,8%). O número de utilizadores das mesmas cresceu ainda de modo mais significativo (22,5%), representando mais 3.388 utentes que em 1998.

Tal com se verificou aquando da análise da evolução do número de respostas sociais, os Centros de Actividades Ocupacionais e os Lares Residenciais, são as valências que apresentam uma maior taxa de crescimento, quer ao nível da capacidade instalada, quer no que respeita ao número de utentes.

3.2.3. Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002

Em 2002, a taxa média de utilização, calculada para o conjunto das 4 principais respostas sociais para pessoas com deficiência é de 94,3 %, podendo assim falar-se numa utilização muito próximo do pleno.



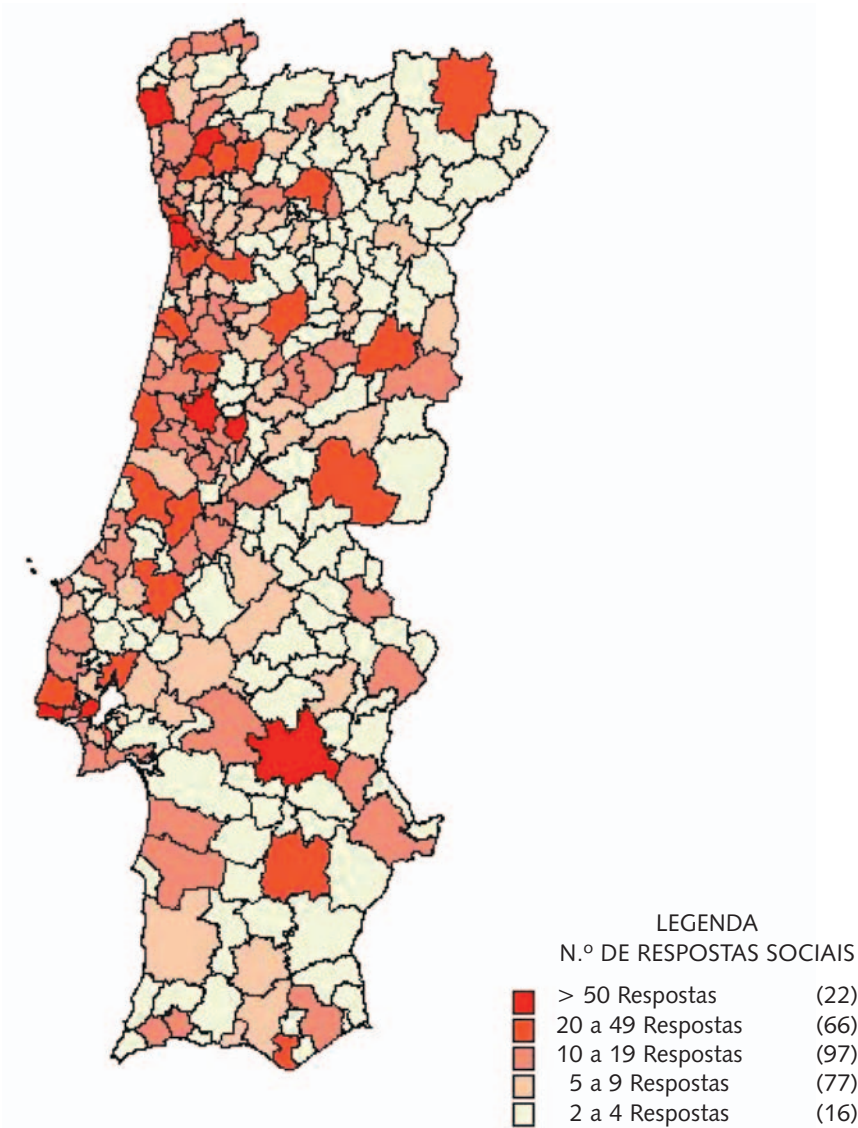
A resposta social “Intervenção Precoce” regista em 2002 uma ligeira sobreocupação, facto que se explica pelo carácter aberto da mesma. A Intervenção Precoce é a única resposta da área da reabilitação que desde 1998 tem aumentado sucessivamente a sua taxa de utilização. Em termos evolutivos, a mesma cresceu 43,5%, desde a primeira inquirição.

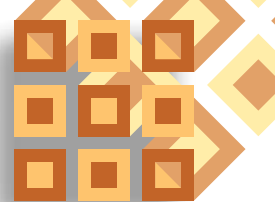
3.3. População Idosa

3.3.1. Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002

Todos os concelhos do Continente estão abrangidos por respostas para a população idosa, no entanto, a maior concentração das mesmas verifica-se nas áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto e nos concelhos com maior índice de envelhecimento.

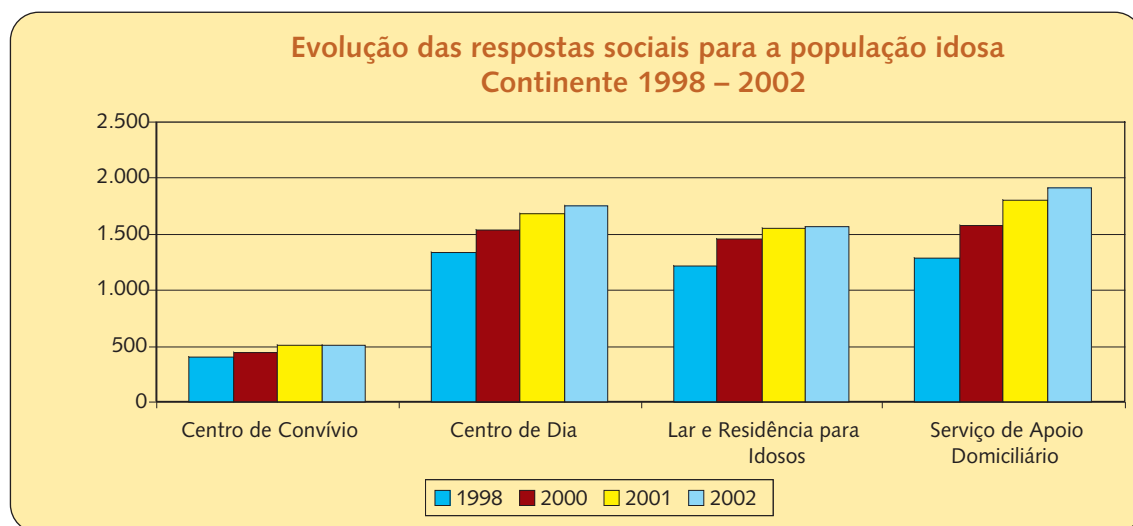
Distribuição espacial das respostas sociais para a área da População Idosa,
por concelho
Ano de 2002





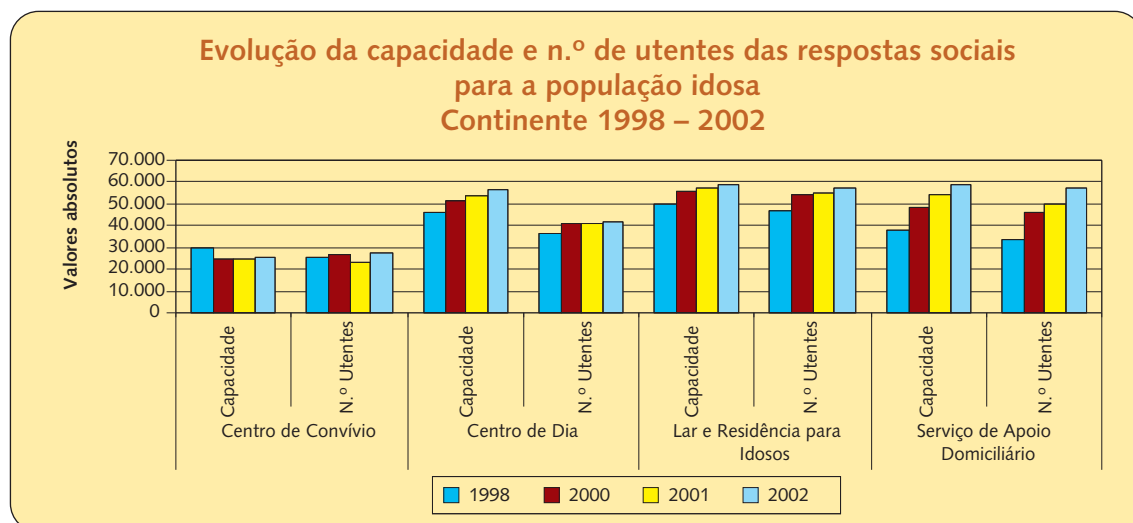
3.3.2. Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002

Desde 1998, entraram em funcionamento mais 1.477 valências para este público alvo, o que representa uma taxa de crescimento de 34,7%. De referir ainda que, todas as respostas sociais na área da População Idosa revelam um crescimento progressivo bastante significativo.



Analisando a evolução por resposta e tendo por base o mesmo período de referência (1998 – 2002), constata-se que o Serviço de Apoio Domiciliário é a valência cujo crescimento mais se destaca (48,2%).

Relativamente às restantes respostas, Centro de Dia (30,3%), Lar e Residência para Idosos (28%) e Centro de Convívio (26,7%), também se observa uma evolução muito positiva, traduzindo assim a preocupação pública com o bem-estar da população idosa.

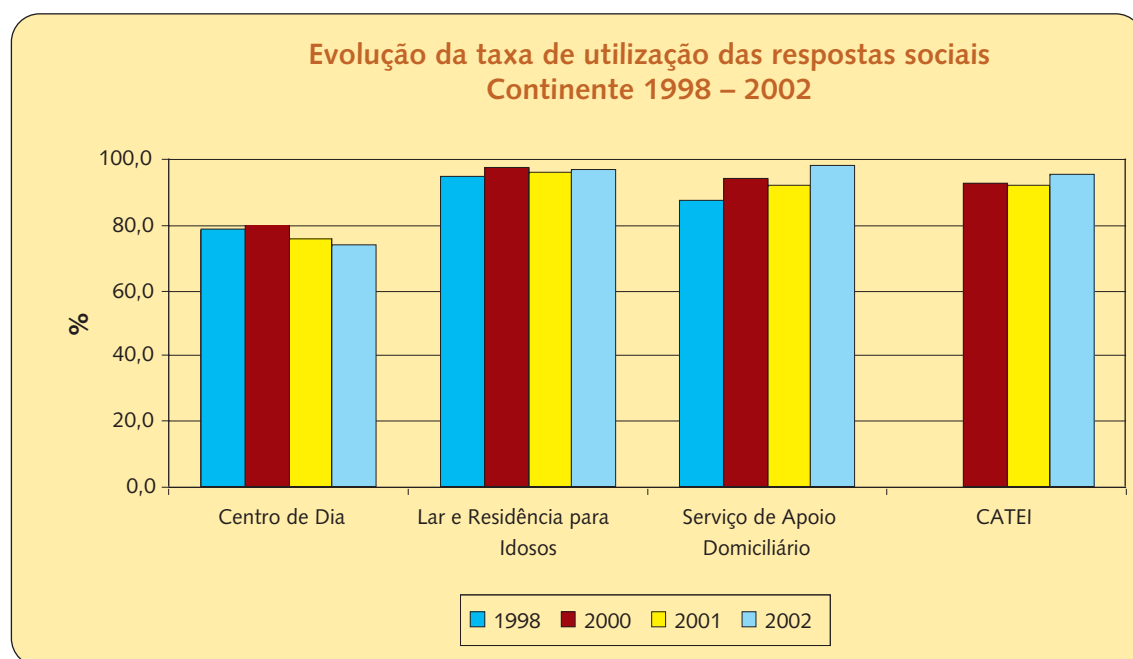


A dinâmica observada no número de respostas para a população idosa, traduziu-se num claro aumento da capacidade instalada e do número de utentes.

Tal como o verificado no gráfico ilustrativo da evolução das respostas sociais para a população idosa, é no Serviço de Apoio Domiciliário que também se constata a maior taxa de crescimento, quer ao nível da capacidade, quer ao nível do número de utentes, facto que pode ser explicado pela política desenvolvida nos últimos anos, privilegiando esta resposta, em alternativa às convencionais respostas institucionalizadas.

3.3.3. Taxa de utilização das respostas sociais – situação em 2002

Para efeitos de cálculo da taxa de utilização, os “Centros de Convívio” não foram considerados, uma vez que atendendo às suas características muito específicas, os utilizadores desta resposta poderão, enquanto a frequentam, beneficiar simultaneamente de serviços inseridos em outras valências.



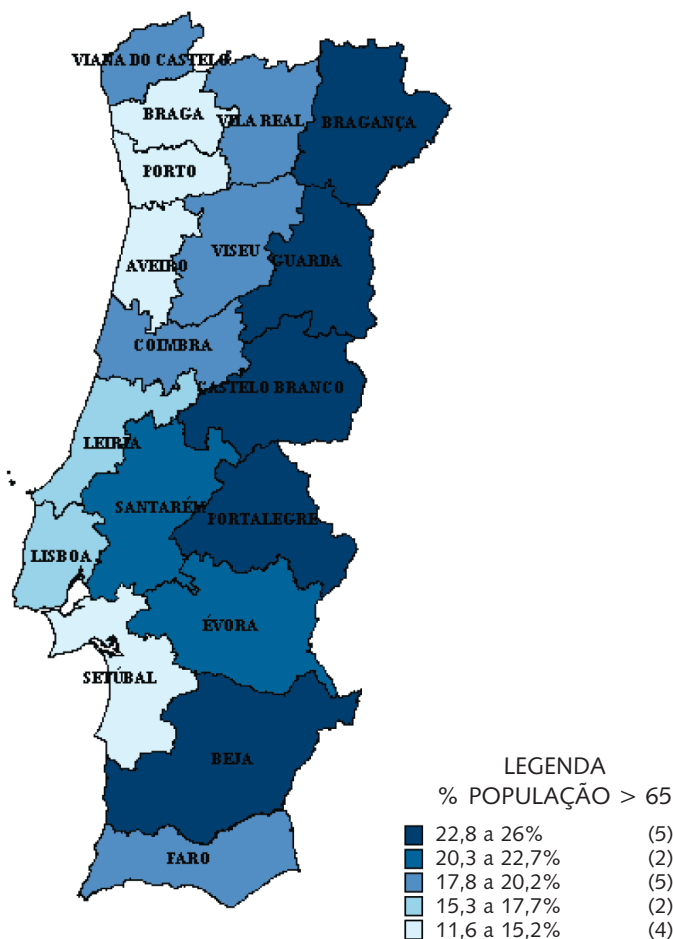
A taxa média de utilização (1998 – 2002) para o total das respostas em apreço, situa-se em 89,4%. Dado que em 2002 a média de ocupação (90,8%) apenas diverge 1,4 pontos percentuais (p.p.) do valor apurado para os 4 anos de referência, pode assim constatar-se uma fase de estabilidade da taxa de ocupação ao longo do período em análise.

O Serviço de Apoio Domiciliário é a valência que apresenta a maior taxa de utilização em 2002 (97,3%) e ao mesmo tempo aquela que apresenta maior crescimento desde 1998 (11,8 p.p.).

3.3.4. Proporção da oferta de serviços e equipamentos para a população idosa, relativamente à população idosa residente (≥ 65 anos)

Os distritos com uma estrutura mais envelhecida situam-se na zona interior do país sendo Portalegre, Castelo Branco e Guarda os que apresentam as percentagens mais elevadas (superior a 25%). Por outro lado, os distritos do litoral apresentam uma estrutura etária mais jovem. Destes, Braga (11,8%), Porto (12,3%), Aveiro (14,3%), Setúbal (14,9%) e Lisboa (16%), detêm valores inferiores à média do Continente (16,5%).

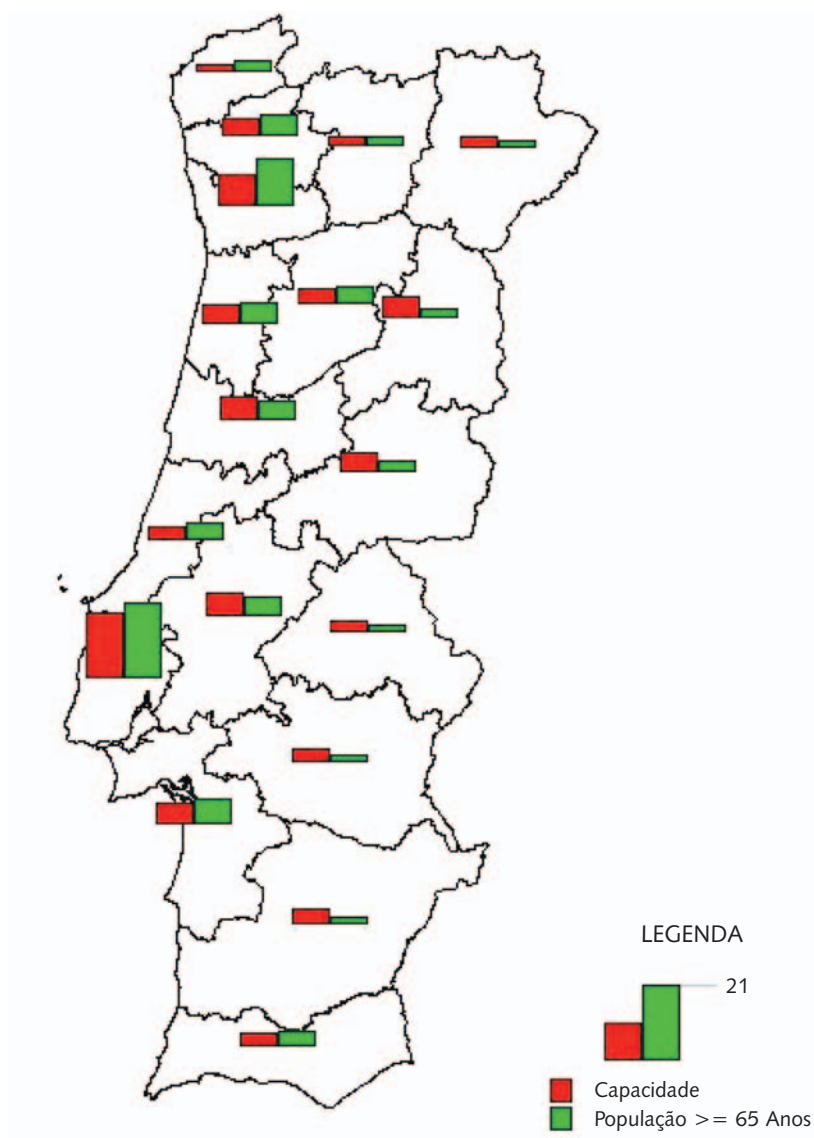
Relação entre a População Idosa (mais de 65 anos) e a população total, por distrito Ano 2002



Fonte: INE, Resultados definitivos dos Censos 2001

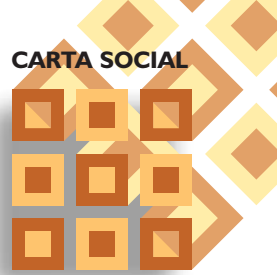
Para efeitos do cálculo da relação entre a população idosa (≥ 65 anos) e a capacidade instalada por distrito, não foram considerados os Centros de Convívio, pelas razões apontadas anteriormente no ponto 3.3.3, a propósito da taxa de utilização.

Distribuição percentual da oferta e da população alvo (≥ 65 anos), por distrito Ano 2002



Contrariamente ao fenómeno observado para a primeira infância, existe uma relação directa entre o valor percentual da capacidade dos equipamentos sociais para a população idosa e os distritos onde esta tem mais peso. Deste modo, é na generalidade dos distritos do interior (onde o peso da população idosa é maior) onde se vislumbra uma maior oferta relativa.

Por outro lado, uma menor “cobertura” relativa, encontra-se de uma maneira geral, em grandes distritos como Lisboa, Porto, Braga, Aveiro ou Setúbal.



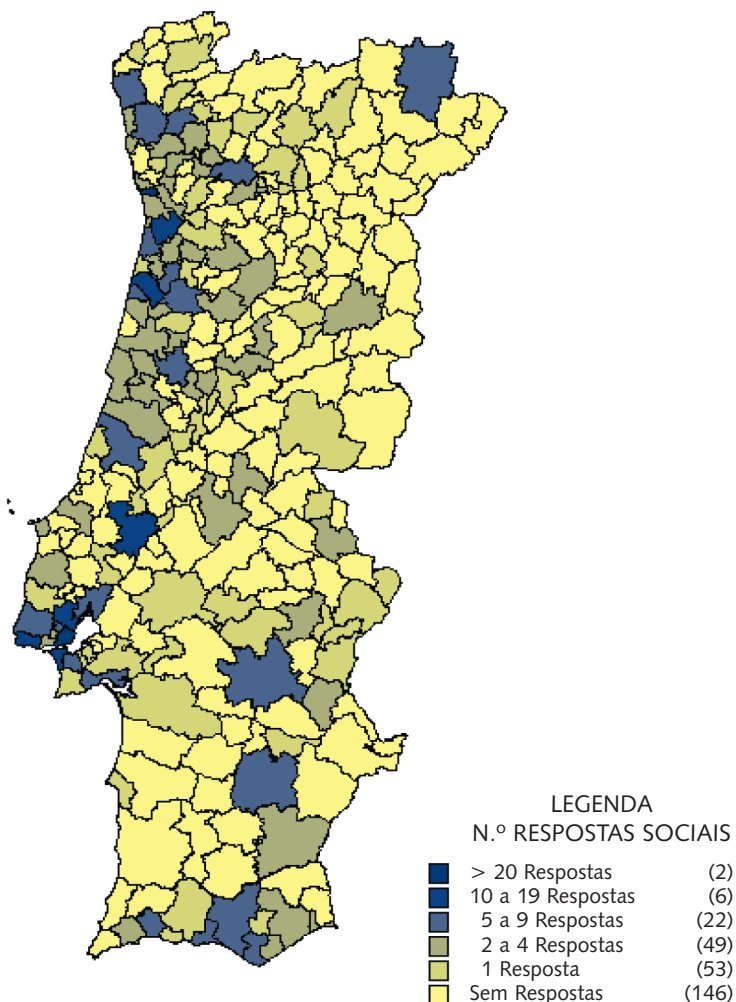
3.4. Família e Comunidade

3.4.1. Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002

Da análise do mapa pode observar-se que 53% dos concelhos do Continente não apresentam qualquer resposta social dirigida à família e comunidade.

Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Família e Comunidade, por concelho

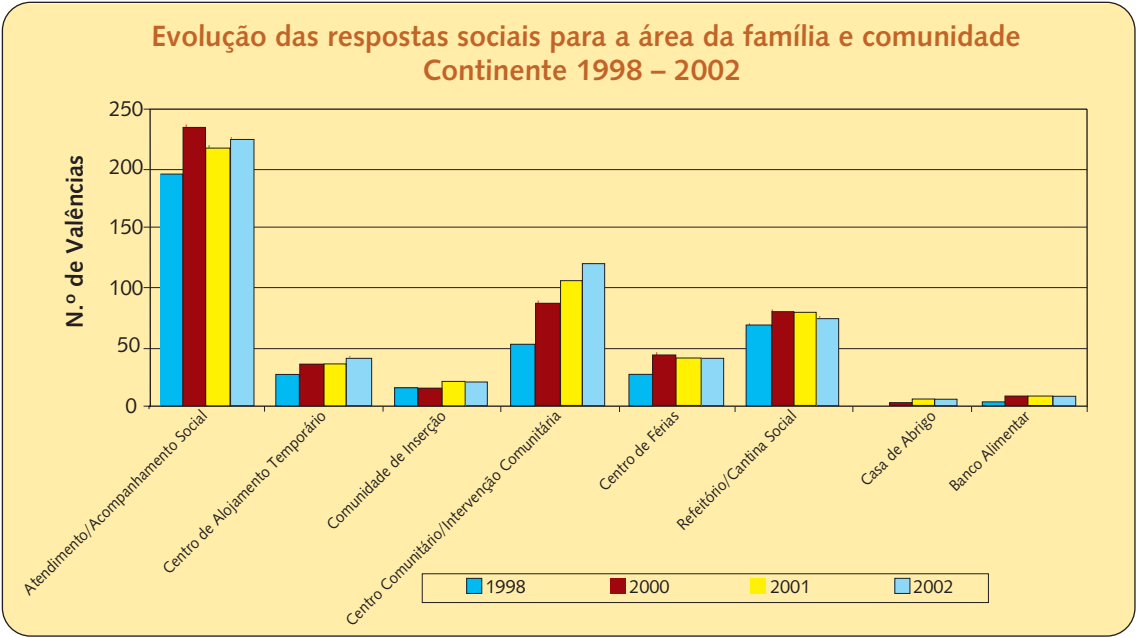
Ano de 2002



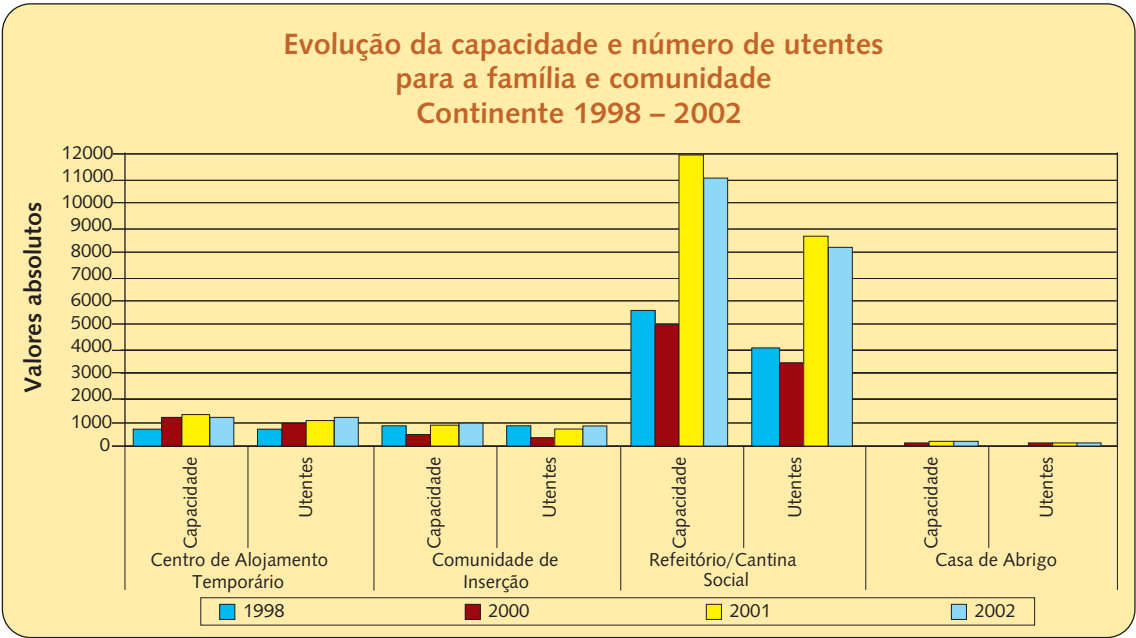
Dos 132 concelhos onde funcionam respostas para esta área de intervenção, cerca de 40% apresentam apenas 1 valência.

3.4.2. Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002

Observou-se no período de 1998 – 2002 um acréscimo de 38,9% no conjunto das respostas, tendência esta que, foi registada na generalidade dos casos.



O “Centro Comunitário/Intervenção Comunitária” tem sido a resposta com maior nível de crescimento (128,3%).



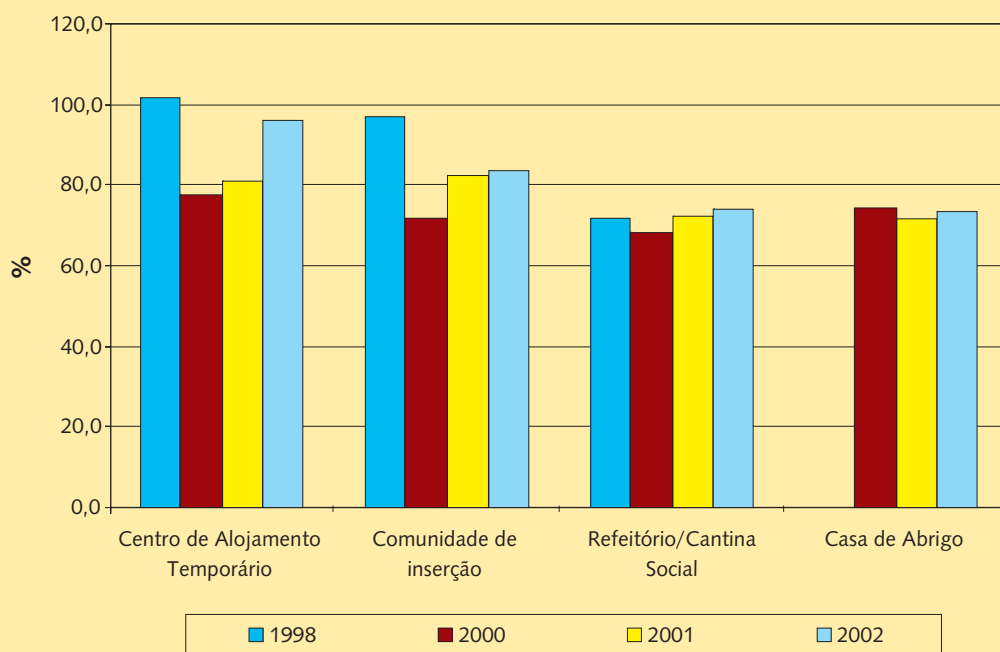
O gráfico anterior contempla apenas a capacidade e o número de utentes de algumas das respostas sociais dirigidas à Família e Comunidade, uma vez que devido às características e especificidades das restantes, não é possível integrá-las nesta representação.

De uma maneira geral, nas quatro respostas sociais em estudo, a capacidade instalada e o número de utilizadores aumentou de 1998 a 2002, mas com uma evolução diferenciada ao longo do período. No entanto, no ano de 2002, verifica-se um certo abrandamento neste crescimento, registando-se mesmo uma redução da capacidade e dos utilizadores no Refeitório/Cantina Social, devido ao encerramento de algumas valências.

3.4.3. Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002

No ano de 2002, a taxa média de utilização para este conjunto de respostas sociais, situa-se em 82%, o que significa um aumento de cinco pontos percentuais em relação ao ano anterior.

**Evolução da taxa de utilização das respostas sociais para a Família e Comunidade
Continente 1998 – 2002**

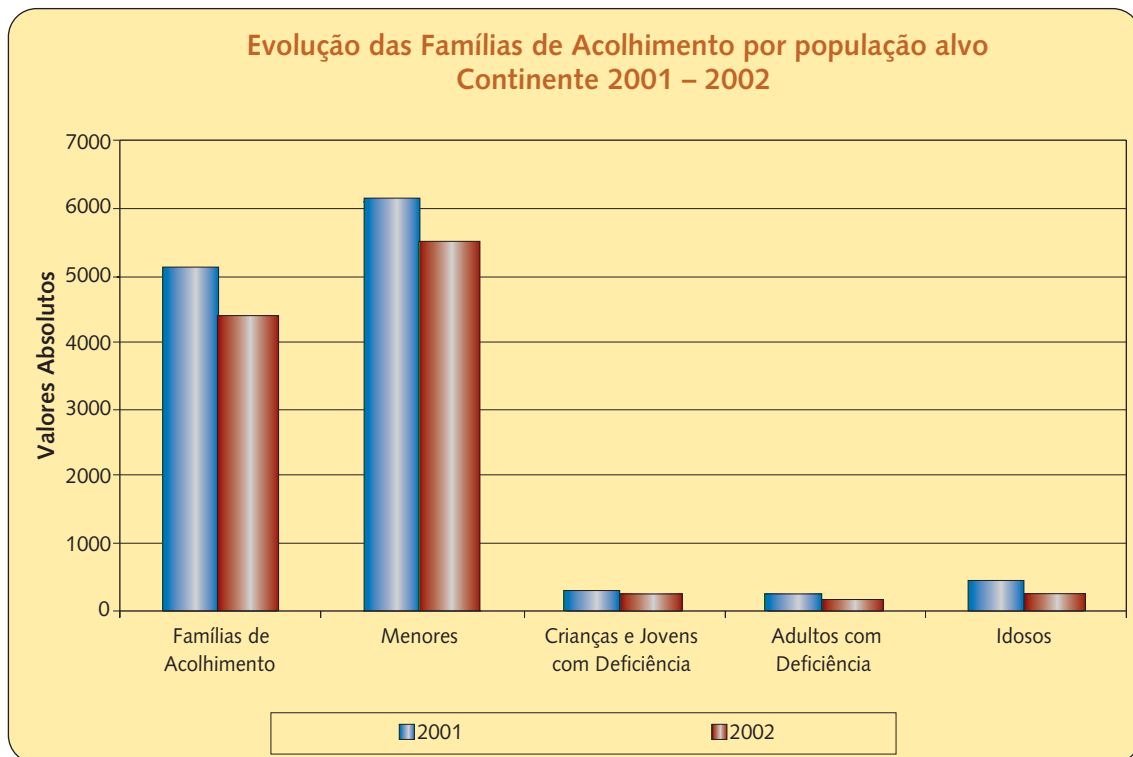


Das respostas analisadas o Centro de Alojamento Temporário apresenta em 2002 a taxa mais elevada, com 96,1% de ocupação.

3.4.4. A resposta social “Acolhimento Familiar”

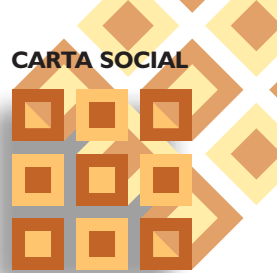
O Acolhimento Familiar é uma resposta que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas, crianças, jovens (com ou sem deficiência), pessoas adultas com deficiência e pessoas idosas.

Dado o seu carácter transversal, que abrange a generalidade das áreas de intervenção, e uma vez que a mesma família poderá receber, em simultâneo, pessoas das diferentes áreas, optou-se por uma análise conjunta, para evitar a distorção do número real de famílias de acolhimento.



Em 2002, observa-se um decréscimo tanto das famílias de acolhimento, como da população abrangida. No seu todo a resposta “Acolhimento Familiar” regrediu de 2001 para 2002, 15%.

As crianças e jovens com deficiência colocados nestas famílias representam apenas 4,6% do total dos menores acolhidos.

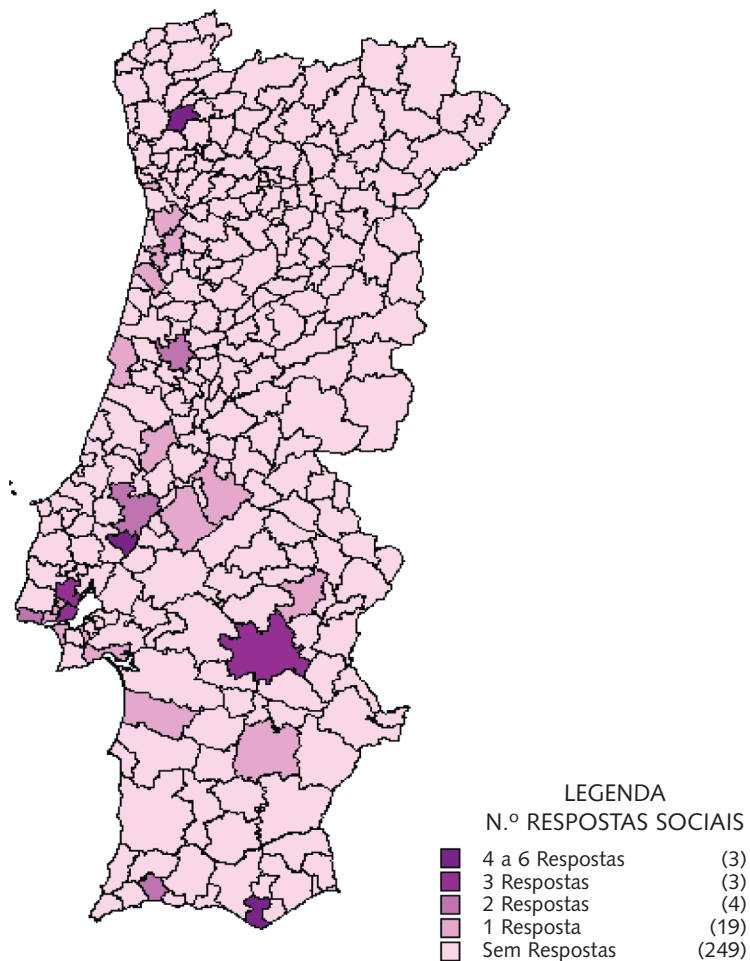


3.5. Toxicodependência

3.5.1. Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002

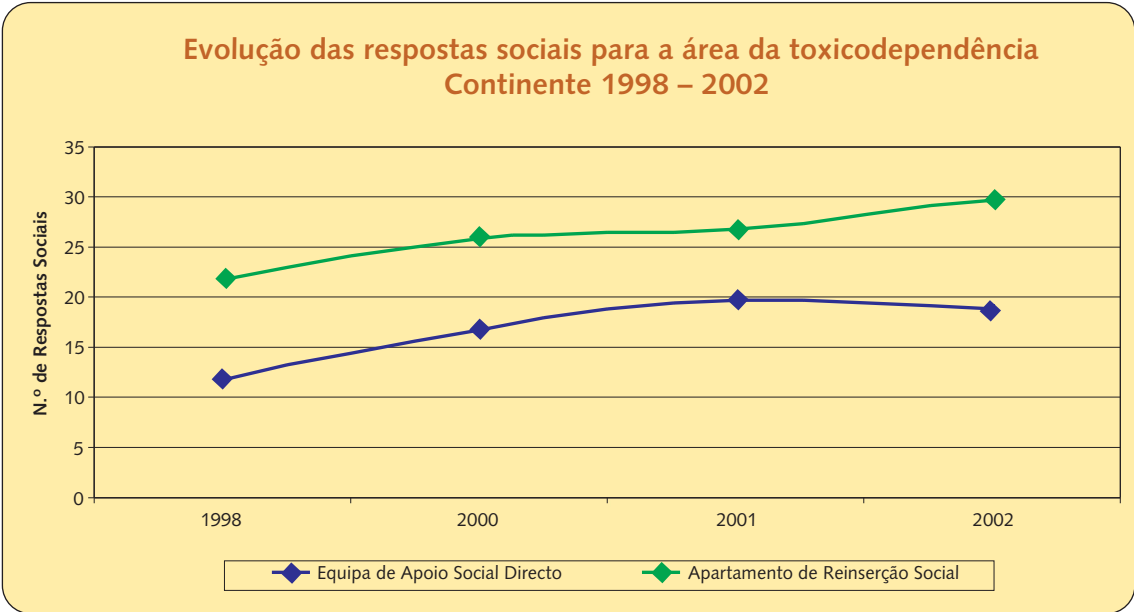
As respostas sociais para este grupo alvo são de âmbito nacional, apresentam uma implantação dispersa, localizando-se em apenas 10,5% dos concelhos do Continente.

**Distribuição espacial das respostas sociais para a área da Toxicodependência,
por concelho
Ano de 2002**

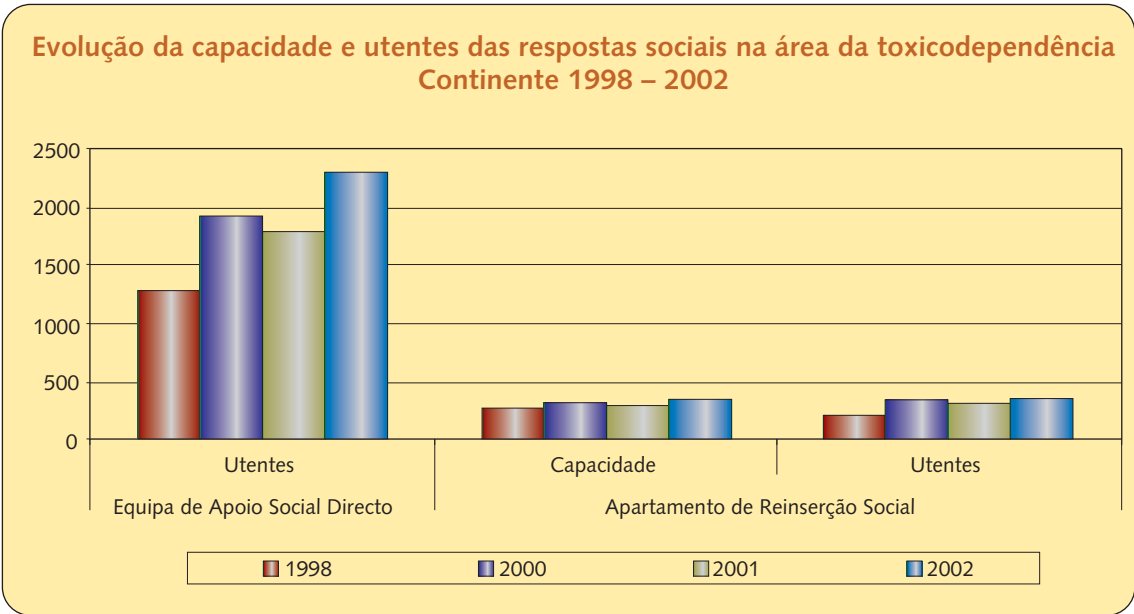


3.5.2. Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002

De 1998 a 2002 as respostas sociais, Equipa de Apoio Social Directo e Apartamentos de Reinserção Social, aumentaram 58,3% e 36,4%, respectivamente.



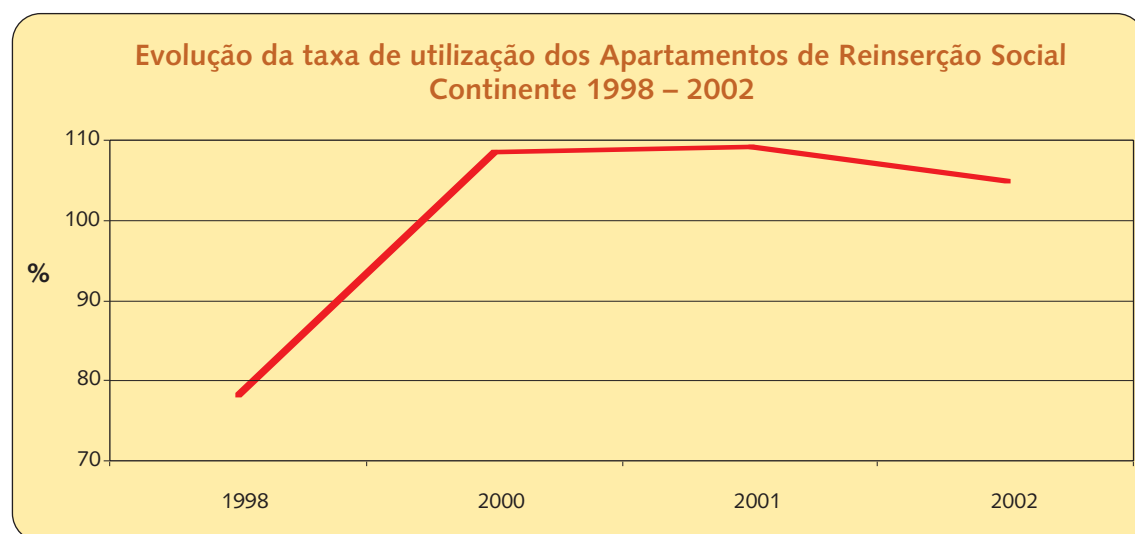
No período 2001/2002 a resposta social “Equipa de Apoio Social Directo” apresentou uma ligeira inflexão no seu crescimento, enquanto que os “Apartamentos de Reinserção Social” aumentaram 13,6%.



As Equipas de Apoio Social Directo, também denominadas de “Equipas de Rua”, com uma intervenção directa junto da população-alvo, não apresentam, devido às suas características, a definição de uma capacidade de atendimento, pois esta depende, essencialmente, da procura. Da análise evolutiva do número de utilizadores desta resposta, verifica-se um crescimento de 81,7% no período de referência (1998-2002), tendo a procura aumentado em 28,3% no último ano.

Com o aparecimento de mais Apartamentos de Reinserção, aumentou a capacidade (27,3%), assim como o número de utentes (70%).

3.5.3. Taxa de Utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002



Ao nível do Continente, desde o ano de 2000, a taxa de ocupação dos Apartamentos de Reinserção Social tem sido superior a 100%, o que demonstra a grande procura desta resposta.

3.6. Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias

3.6.1. Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002

As respostas sociais para esta área de intervenção estão implantadas em apenas 6,0% dos concelhos do Continente, apresentando uma distribuição espacial dispersa.

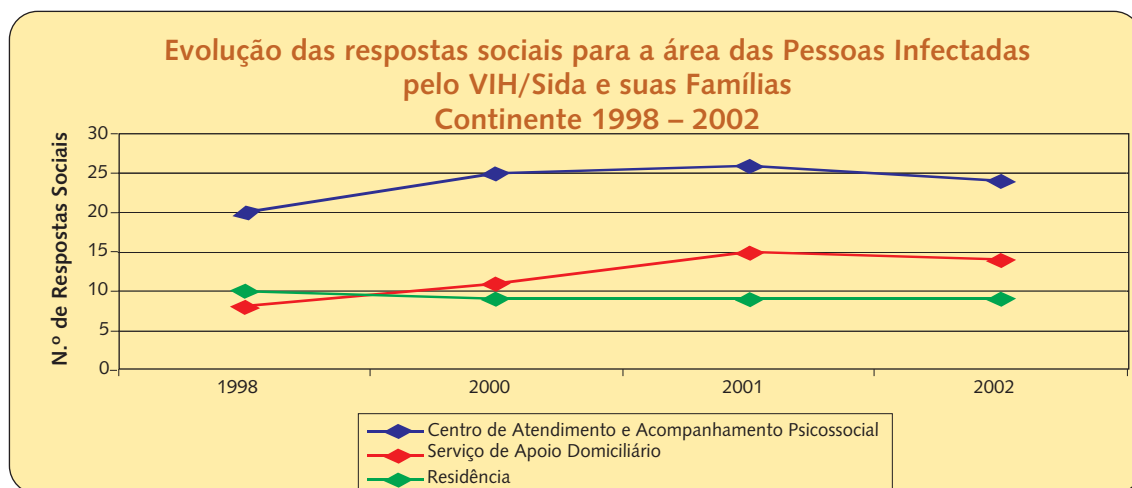
**Distribuição espacial das Respostas Sociais para a área das
Pessoas Infectadas pelo VIH/Sida e suas Famílias
Ano de 2002**



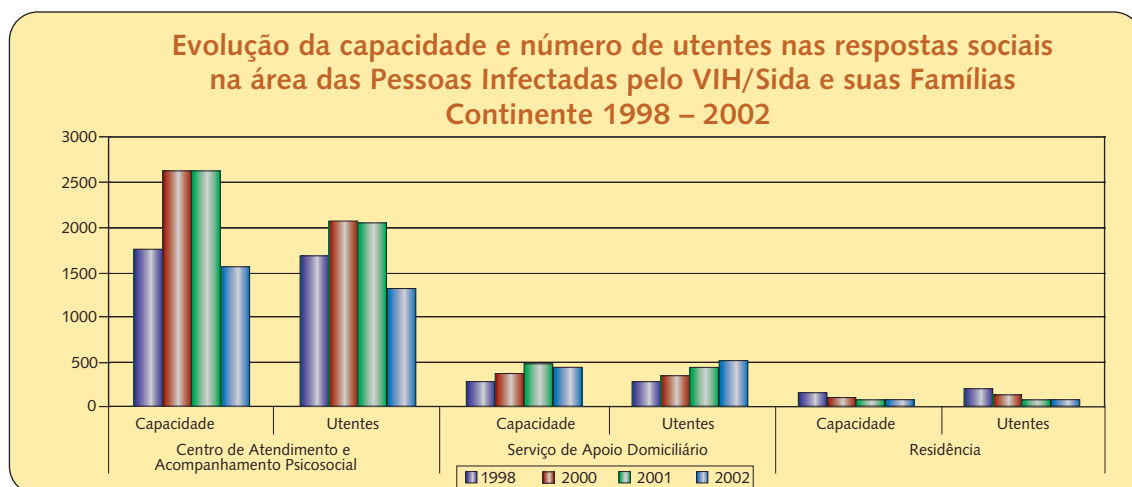
3.6.2. Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 1998 – 2002

No período em análise (1998-2002) os dados apresentados revelam um crescimento nas valências “Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial” e “Serviço de Apoio Domiciliário”, respectivamente 20% e 75%, ao passo que na resposta social “Residência” registou-se um decréscimo de 10%.

No entanto, em 2002, verificou-se uma diminuição do número de respostas sociais “Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial” (7,7%) e “Serviço de Apoio Domiciliário” (6,7%), em relação ao ano anterior.

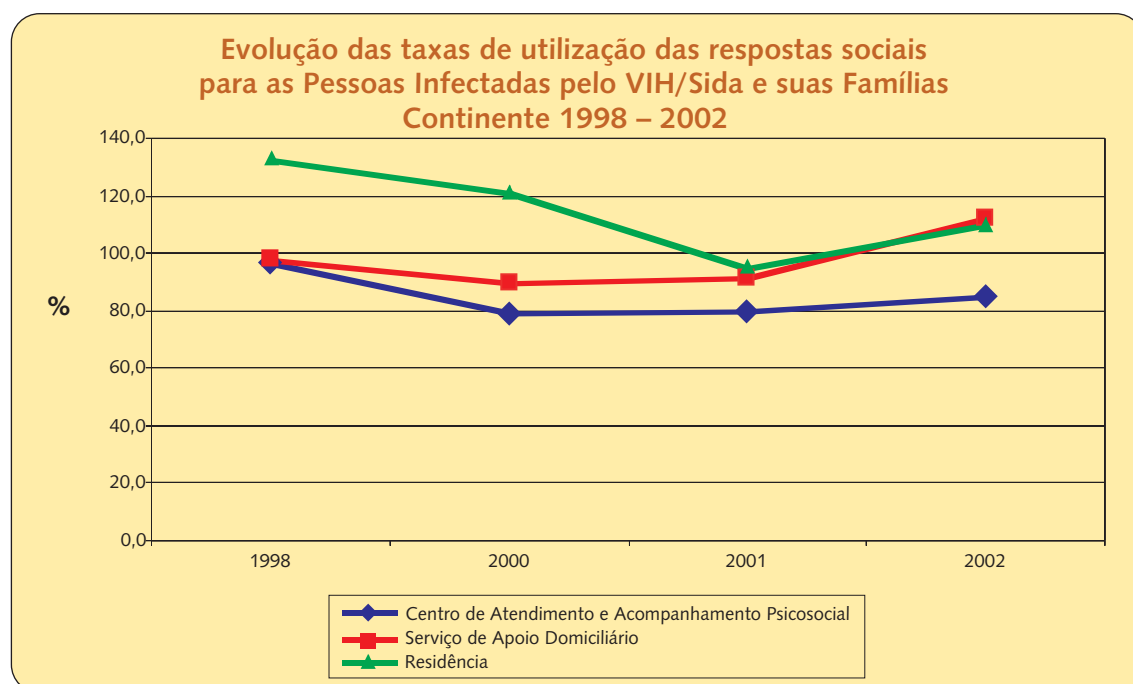


O mesmo fenómeno verifica-se no tocante à capacidade e ao número de utentes nestas respostas sociais. O “Serviço de Apoio Domiciliário”, embora em 2002 tenha diminuído ligeiramente a sua capacidade instalada, tem apresentado um crescimento contínuo, ao nível do número de utentes.



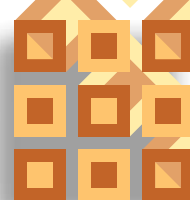
3.6.3. Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 1998 – 2002

Talvez o facto de existirem poucas respostas sociais em funcionamento para este grupo alvo, possa explicar as elevadas taxas de utilização destas valências. Deste modo, em 2002, o “Serviço de Apoio Domiciliário” e a “Residência” tiveram problemas de sobrelocação.



3.7. Outras áreas de intervenção

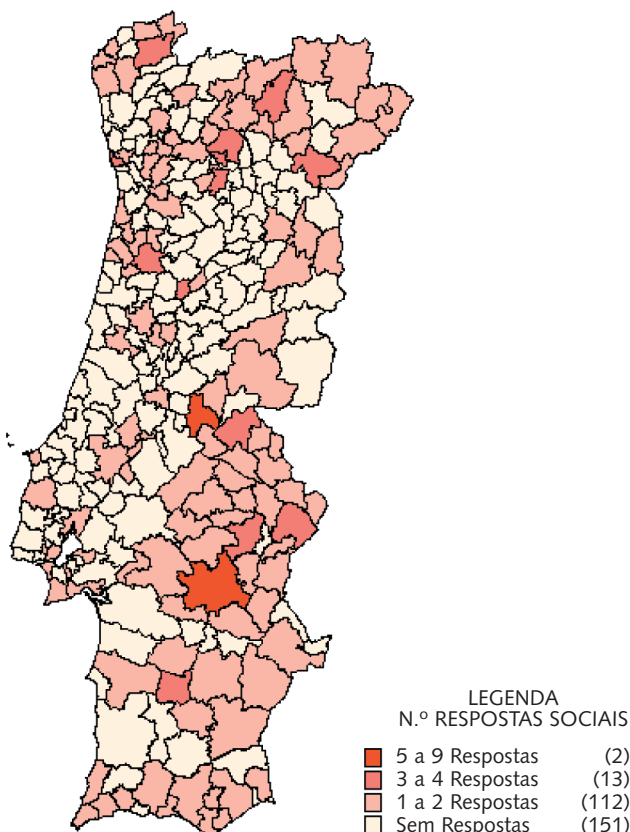
No âmbito das outras áreas de intervenção enquadram-se as respostas sociais dirigidas às pessoas com doença do foro mental ou psiquiátrico e a prestação de cuidados em situações de dependência, visando criar condições para uma intervenção articulada da saúde e da acção social, envolvendo a participação e colaboração de diversos actores sociais.



3.7.1. Distribuição espacial das respostas sociais por concelho – situação em 2002

Cerca de metade dos concelhos de Portugal Continental não dispõem de quaisquer respostas sociais para as áreas da saúde mental e das pessoas em situação de dependência.

Distribuição espacial das respostas sociais para as Outras Áreas de Intervenção (Saúde Mental e Pessoas em Situação de Dependência) Ano de 2002

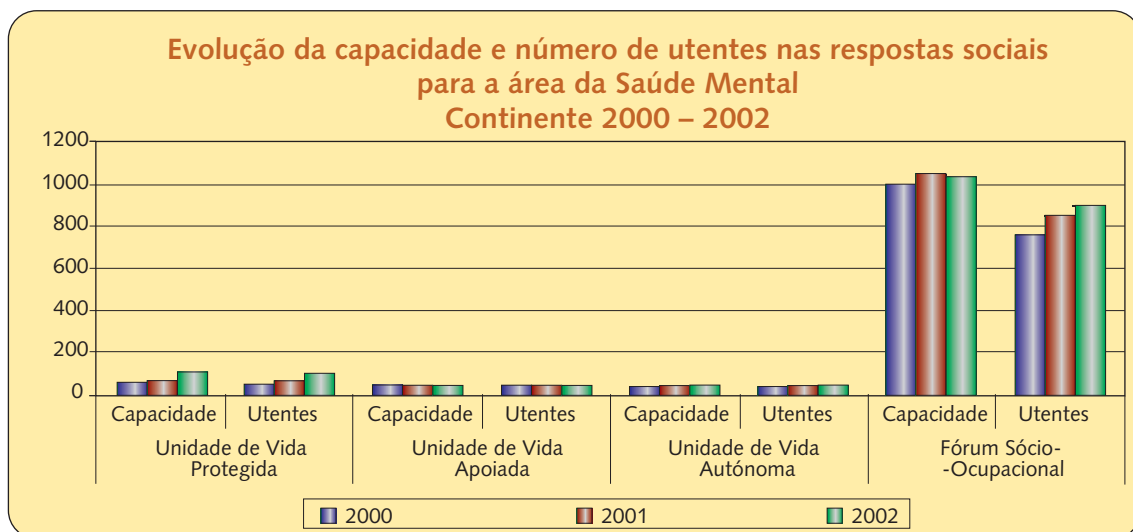


3.7.2. Saúde Mental – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000 – 2002

No âmbito das valências para esta área de intervenção e tendo em consideração o período de referência 2000–2002, regista-se, em geral, um aumento do número de respostas sociais, não obstante em 2002, o “Fórum Sócio-Ocupacional” ter sofrido um ligeiro decréscimo em relação ao ano anterior.

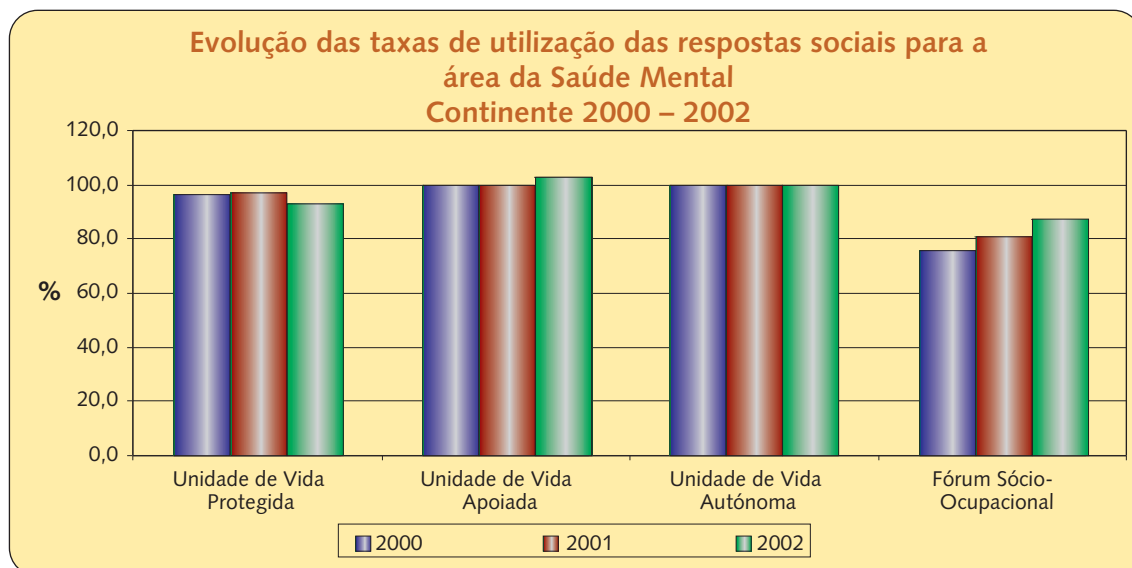


No mesmo período (2000-2002) e relativamente à capacidade e ao número de utentes, constata-se também um crescimento na “Unidade de Vida Protegida” e no “Fórum Sócio-Ocupacional”, ao passo que, a “Unidade de Vida Apoiada” e a “Unidade de Vida Autónoma” apresentam uma tendência de estabilização.



3.7.2.1. Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2002

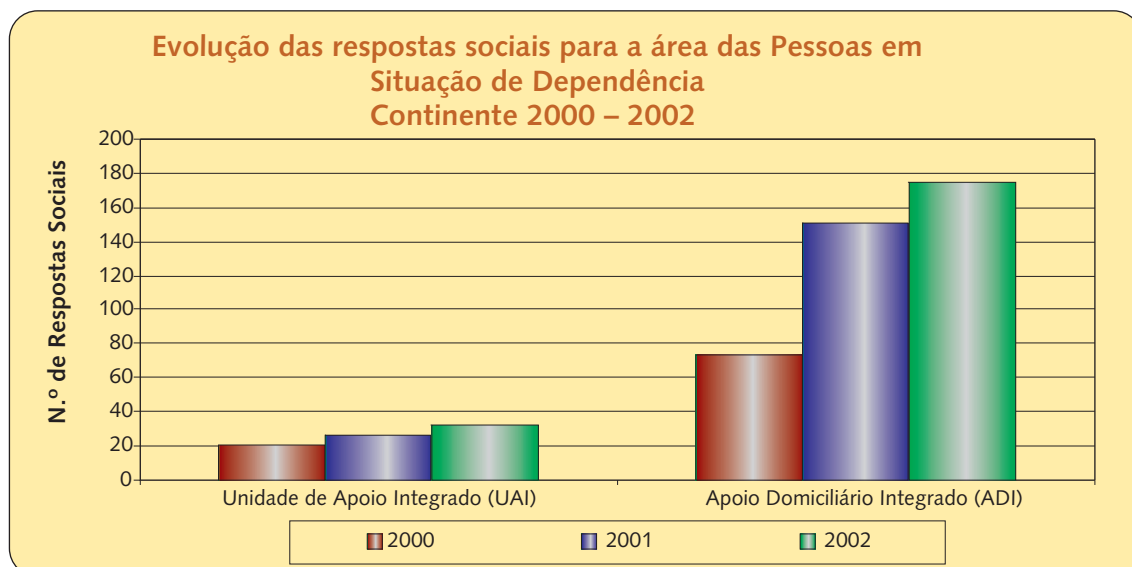
A “Unidade de Vida Apoiada” e a “Unidade de Vida Autónoma” apresentam uma taxa de ocupação de 100% nos anos de referência, tendo a primeira, no ano de 2002, registado mesmo sobrelotação. Também a “Unidade de Vida Protegida” e o “Fórum Sócio-Ocupacional”, detêm uma taxa de ocupação muito considerável.



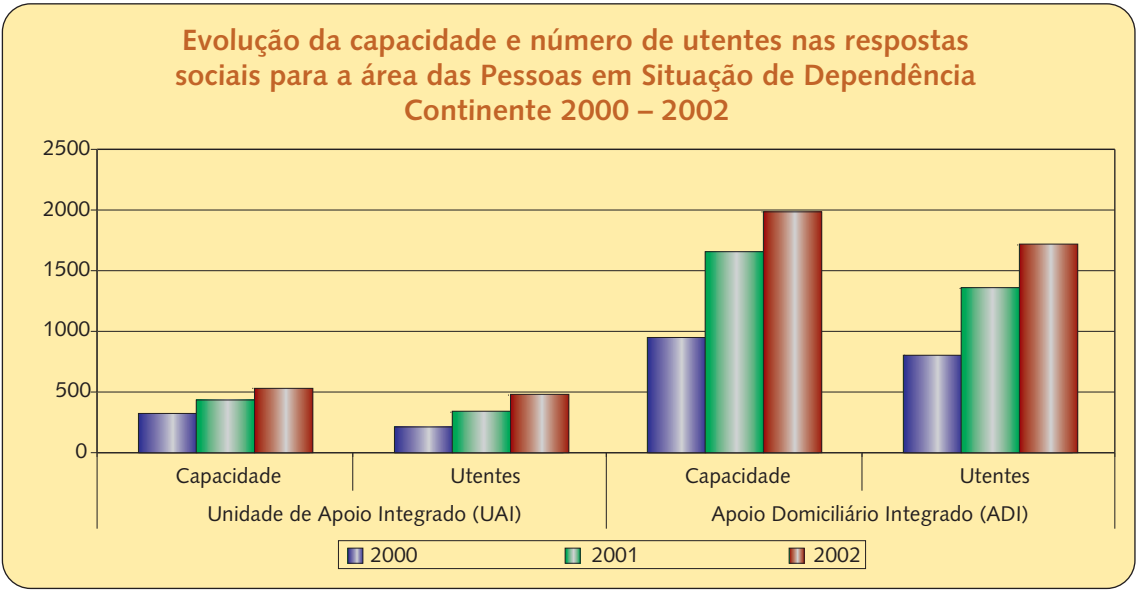
3.7.3. Pessoas em situação de Dependência – Respostas sociais, capacidades e utentes, evolução 2000 – 2002

As respostas sociais para as pessoas em situação de dependência constituem um modelo de intervenção articulada da saúde e da acção social, de natureza preventiva, de reabilitação e de apoio, compreendendo as Unidades de Apoio Integrado (UAI) e o Apoio Domiciliário Integrado (ADI).

Estas respostas sociais apresentam um crescimento contínuo com particular incidência no "Apoio Domiciliário Integrado".

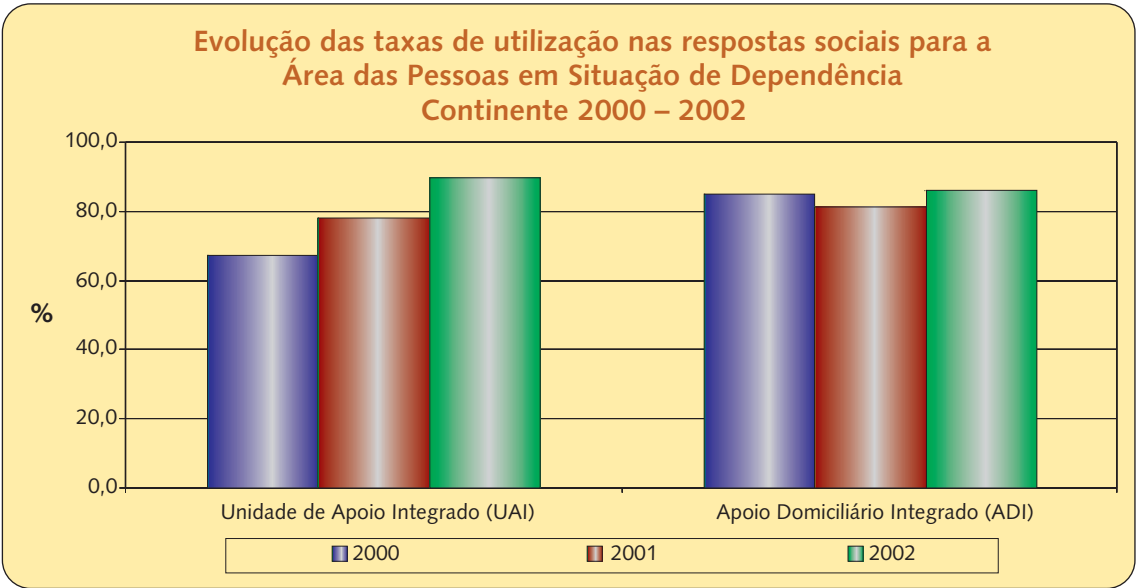


Em 2002, em relação ao ano 2000, a capacidade e o número de utentes destas respostas sociais (UAI e ADI), cresceu muito significativamente, duplicando mesmo, na maioria das situações, os valores registados no primeiro ano.



3.7.3.1. Taxa de utilização das respostas sociais, evolução 2000 – 2002

No período em análise, a “Unidade de Apoio Integrado” e o “Apoio Domiciliário Integrado” registaram um aumento da taxa de utilização, observando-se em 2002, para qualquer uma destas valências, uma ocupação superior a 80%.



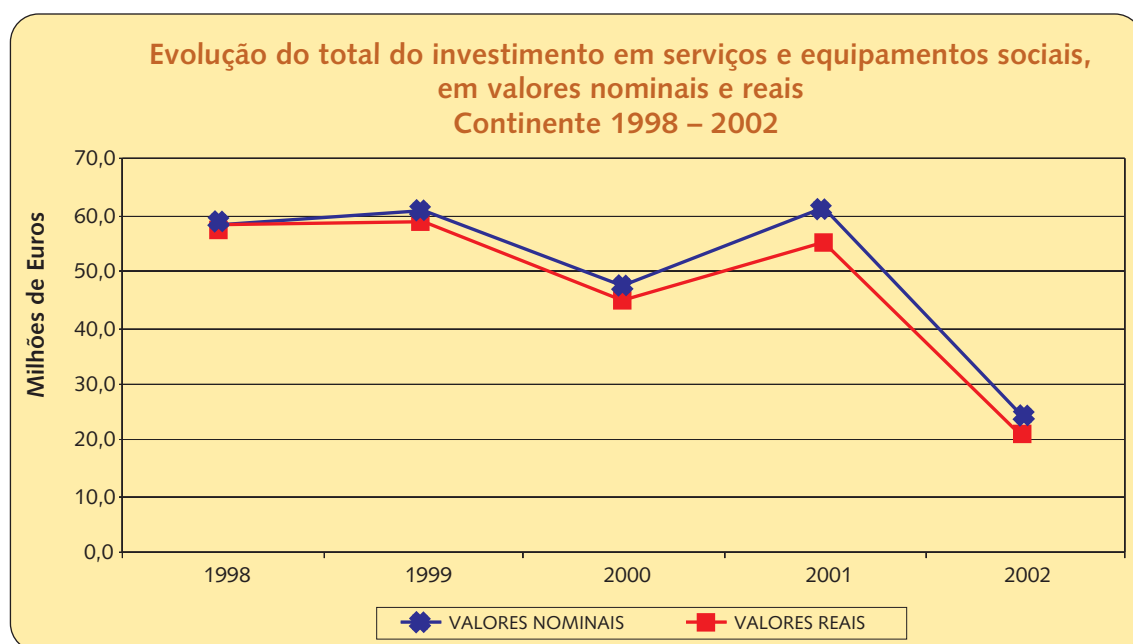
4. Despesas de investimento e de funcionamento em serviços e equipamentos sociais: O esforço público

Este capítulo pretende dar, de uma forma muito sintética, uma panorâmica do esforço público em termos de investimento e de despesas de funcionamento com a rede de serviços e equipamentos sociais. O período de análise restringe-se aos anos de referência da Base de Dados da Carta Social.

4.1 – Os Investimentos: PIDDAC

4.1.1 – Total dos investimentos, evolução 1998 – 2002

Ao longo dos anos, os Ministérios que têm tido a responsabilidade da “Segurança Social”, têm feito sérios esforços de investimento na rede de serviços e equipamentos sociais, os quais têm representado a grande parcela do total dos respectivos investimentos. A análise efectuada incide principalmente nos investimentos realizados através do PIDDAC atribuído a esta área social, constituindo a grande fonte de financiamento destes equipamentos.



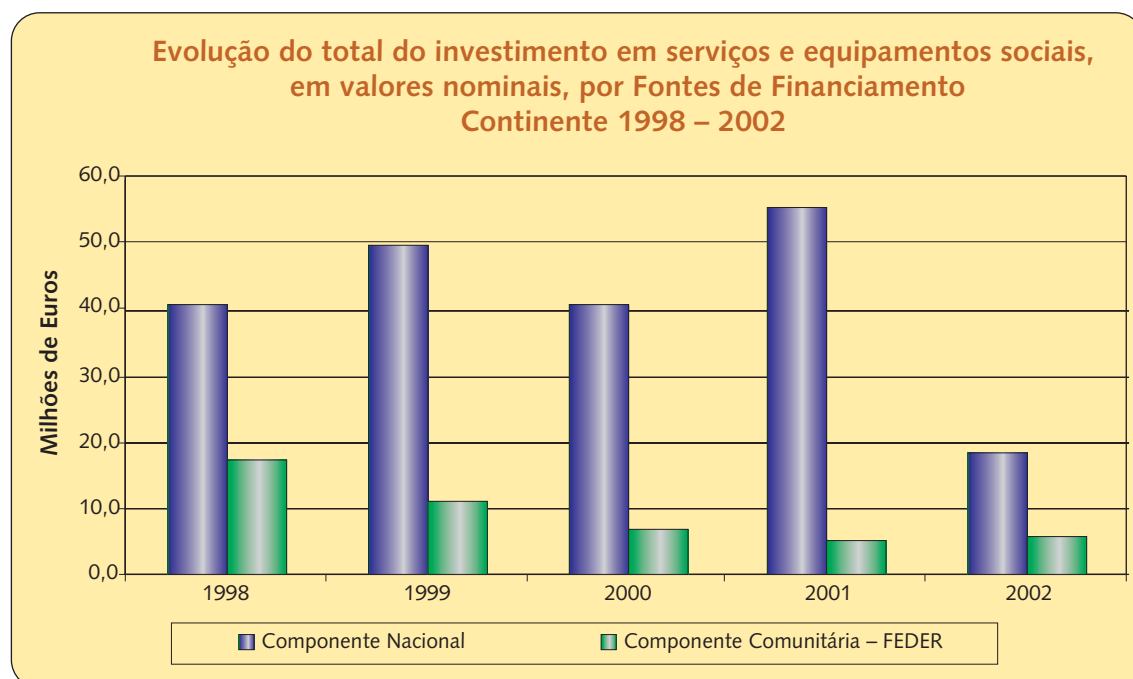
Fonte: DEPP – PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Nota: Para efeito do cálculo dos valores reais foram considerados os índices do IPIPIB

O investimento total, em serviços e equipamentos sociais, no período de 1998-2002, foi de 251,3 milhões de euros (valores nominais), e de 236,9 milhões de euros (valores reais), a preços de 1998. No entanto, importa analisar este investimento segundo as suas duas componentes, a nacional e a comunitária – QCA II, Subprograma Integrar – Medida 5 e QCA III – POEFDS.

Os Programas Comunitários foram assumidos como um investimento complementar da política nacional de alargamento e consolidação da rede e não como um investimento substitutivo, tendo o investimento do primeiro programa decorrido de 1994 a 2000 e o segundo com uma previsão temporal de 2000 a 2006.

No ano de 2002 o investimento no sector de Acção e Integração Social representou 37,4% do orçamento do Ministério da Segurança Social e do Trabalho.



Fonte: DEPP – PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

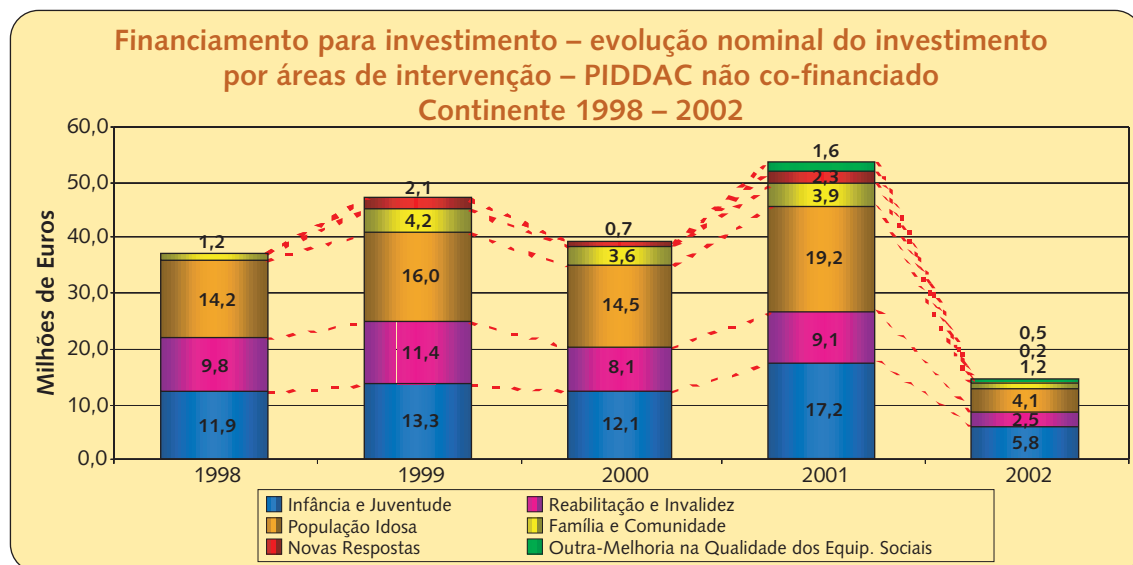
Da análise do período de referência, verifica-se que a componente nacional apresenta um crescimento significativo até ao ano de 2001, com uma inflexão em 2000. No ano de 2002, devido às elevadas restrições orçamentais resultantes da contenção da despesa pública para controlo do défice do sector público, registou-se um decréscimo do investimento.

No mesmo período, a componente comunitária – FEDER – apresenta também um decréscimo que representa a progressiva conclusão dos projectos financiados através do QCA II, embora em 2002 se tenha verificado um esforço de investimento, em relação ao ano anterior.

4.1.2. Investimento por áreas de intervenção, evolução 1998 – 2002

Os programas operacionais desenvolvidos através dos QCA II e QCA III apresentam uma estrutura diferente da utilizada no PIDDAC não co-financiado, pelo que não é possível analisar aquele investimento por áreas de intervenção, senão no ano de 2002, pelo que a sua representação será efectuada em gráfico autónomo.

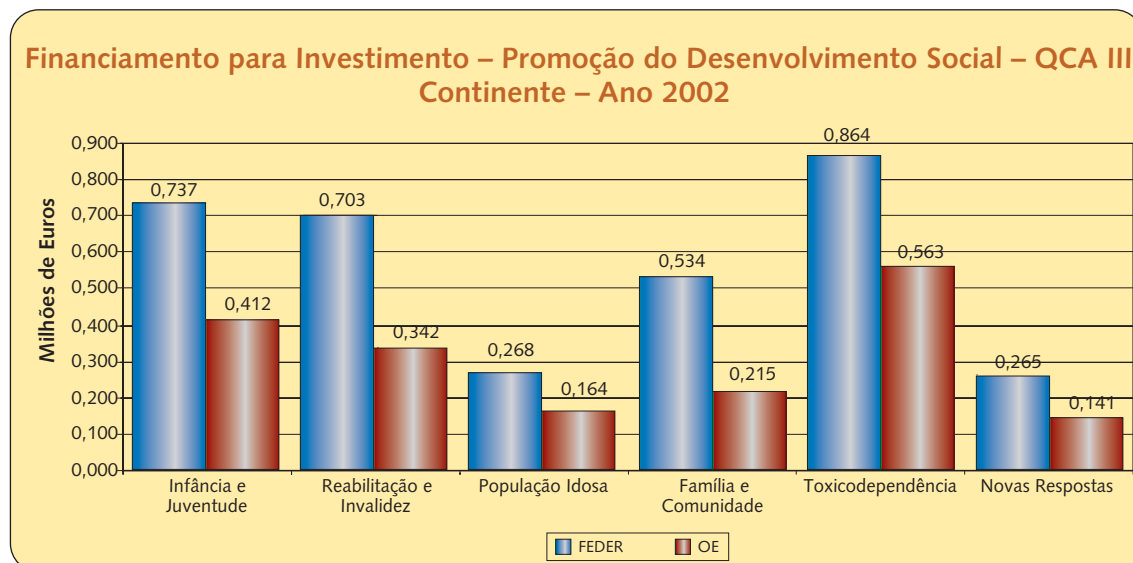
O gráfico seguinte representa o esforço financeiro efectuado através do PIDDAC não co-financiado.



Fonte: DEPP – PIDDAC, Relatórios de Execução Anual

Constata-se um acentuado crescimento do investimento até 2001, tendo-se verificado uma redução destes valores no ano 2002, devido à necessidade de redução do défice orçamental.

Na repartição funcional do investimento, assume especial significado o esforço dirigido à “Infância e Juventude”, seguido da “População Idosa”.

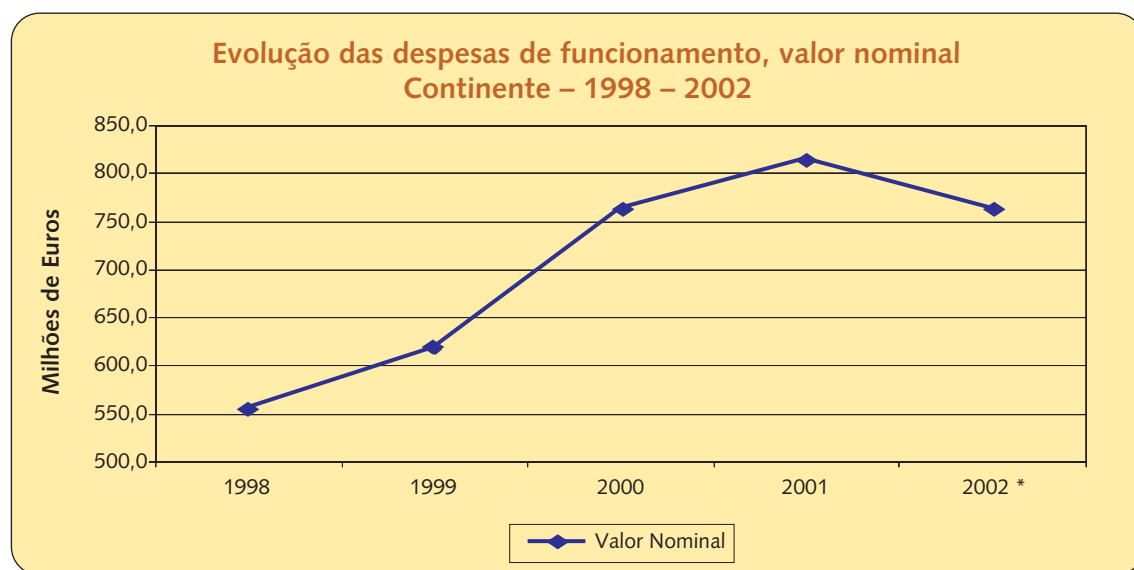


Da análise do gráfico do programa de Promoção do Desenvolvimento Social podemos constatar que os maiores investimentos foram realizados nas áreas da Toxicodependência (27,4%), Infância e Juventude (22,1%) e Reabilitação e Invalidez (20,1%).

4.2. Despesas de funcionamento

4.2.1. Despesas de funcionamento, evolução 1998 – 2002

Os custos do funcionamento da “Rede de Serviços e Equipamentos” são suportados através dos acordos de cooperação, típicos ou atípicos, celebrados com as IPSS, pela mensalidade/comparticipação paga pelo utente ou seu familiar, pelas receitas próprias das instituições, através das retribuições por serviços prestados e pela concessão de verbas para funcionamento dos equipamentos oficiais.



Fonte: IGFSS – Conta da Segurança Social

Nota: Ano de 2002 – Dados Provisórios retirados do sistema SIF-SAP – Acordos de Cooperação

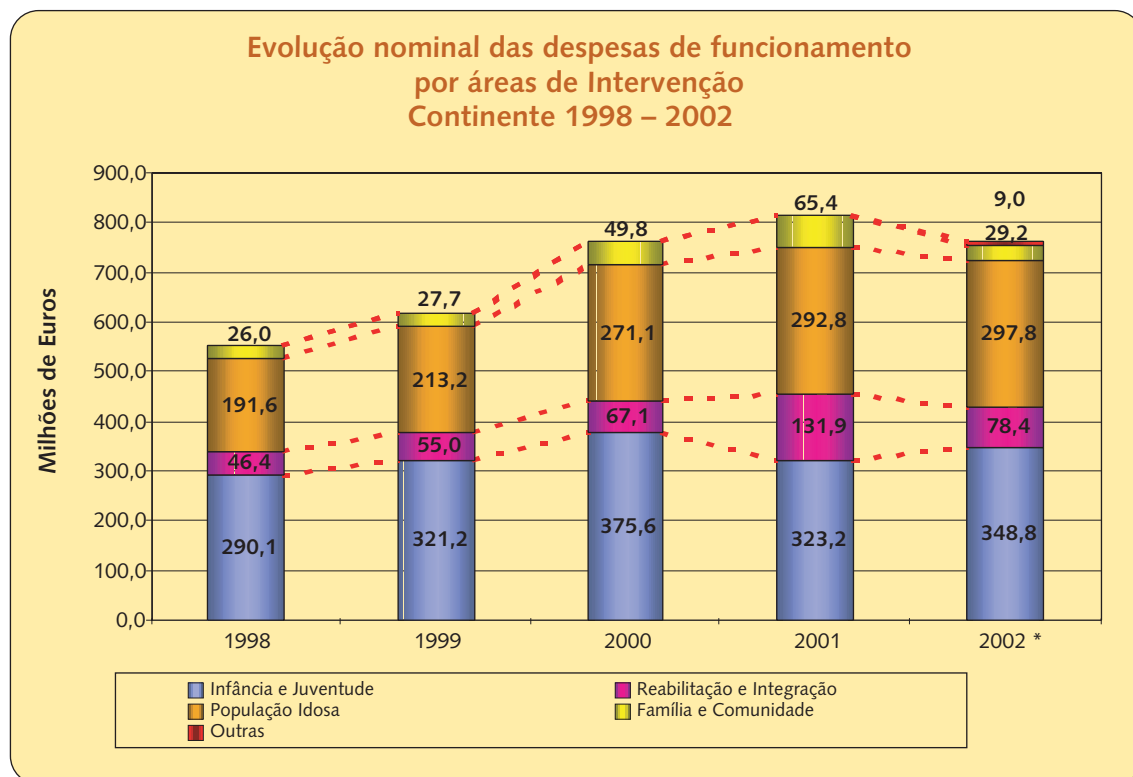
No ano de 2002 não é possível analisar a evolução dos encargos totais com o funcionamento da “Rede de Serviços e Equipamentos”, uma vez que, no momento, só se dispõe dos valores referentes aos acordos de cooperação. Assim, para além de outras, não estão incluídas as verbas despendidas com as valências “Ama” e “Acolhimento Familiar”, bem como as respostas sociais desenvolvidas em equipamentos oficiais.

Durante o ano de 2002 foram gastos com a cooperação 763,2 milhões de euros, montante superior ao despendido no ano anterior.

As despesas totais, no ano de 2002, para funcionamento da “rede” não se encontram ainda disponíveis à data de conclusão deste relatório.

4.2.2. Despesas de funcionamento por áreas de intervenção, evolução 1998 – 2002

O financiamento das diferentes áreas de intervenção traduz o esforço orçamental ao longo dos anos, pelo alargamento a um maior número de utentes, aumento do valor unitário da comparticipação da Segurança Social e criação de respostas sociais conforme determinam as necessidades de certos grupos da população em função das transformações demográficas e sociais que se vêm operando na sociedade portuguesa.



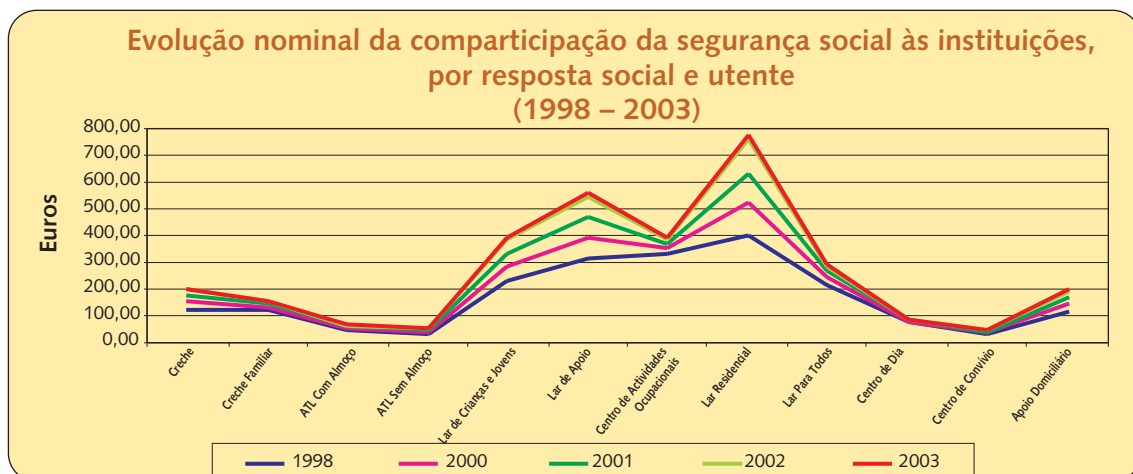
Fonte: IGFSS – Conta da Segurança Social

* Ano de 2002 – Dados Provisórios retirados do sistema SIF-SAP – Acordos de Cooperação

Da análise do gráfico, constata-se que a “Infância e Juventude” e a “População Idosa” são as áreas com maior financiamento.

4.2.3. Comparticipação da Segurança Social através dos Acordos de Cooperação, evolução 1998 – 2003

No período de referência a comparticipação da Segurança Social tem vindo a aumentar progressivamente em função do tipo de resposta social e da população a que é dirigida, tendo-se registado os maiores crescimentos no Lar de Crianças e Jovens, no Lar de Apoio para Crianças e Jovens com Deficiência, no Lar Residencial para a População Adulta com Deficiência e no Serviço de Apoio Domiciliário para a População Idosa.



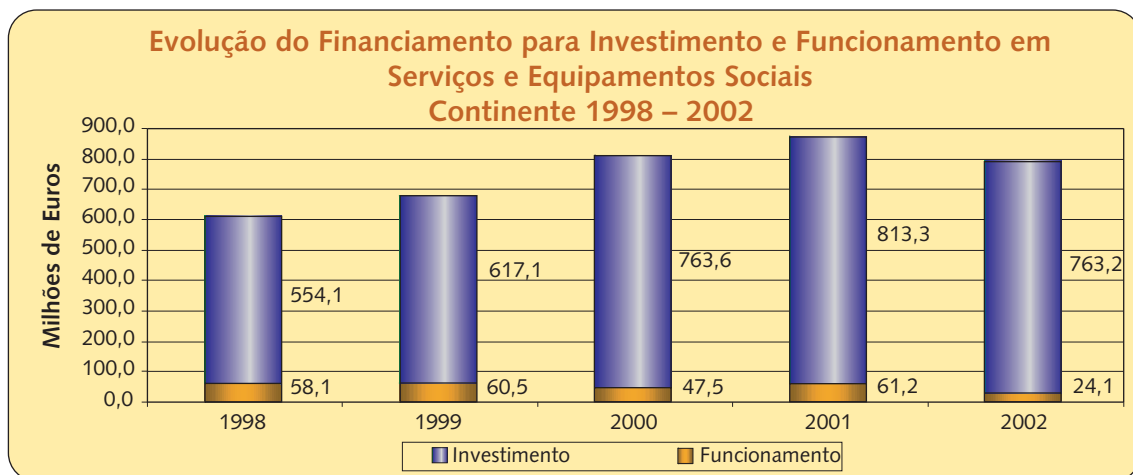
Nota: Os valores referentes a 1998 e 2000 foram indexados ao valor do Euro (1€ = 200.482)

Fonte: Protocolos de Cooperação celebrados entre o MSST e as Uniões das IPSS, Misericórdias e Mutualidades

4.3. Financiamento para investimento e funcionamento da rede de Serviços e Equipamentos

Em síntese, pela análise do gráfico que se segue pode inferir-se que as despesas com a rede de Serviços e Equipamentos, nas componentes de investimento e de funcionamento, têm vindo a aumentar ao longo do período apresentado registando-se de 1998 a 2001 um crescimento de 42,8%.

No ano de 2002, apenas estão representadas as verbas referentes aos acordos de cooperação, conforme referido anteriormente, representando apenas uma parte das despesas com o funcionamento.



Fontes: DEEP – PIDDAC – Relatórios de Execução Anual

IGFSS – Conta da Segurança Social

◆ Ano de 2002 – Dados provisórios retirados do sistema SIF-SAP – Acordos de Cooperação

ANEXOS

Nomenclaturas e Conceitos

(Despacho de Aprovação do Secretário de Estado Adjunto do Ministro do Trabalho e da Solidariedade, exarado em 06.11.2000)

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens Primeira e Segunda Infância

Ama

Pessoa que por conta própria e mediante retribuição, cuida de uma ou mais crianças que não sejam suas, parentes ou afins na linha recta ou no 2.º grau da linha colateral por um período de tempo correspondente ao trabalho ou impedimento dos pais.
(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

Creche Familiar

É um conjunto de amas, não inferior a 12 nem superior a 20, que residem na mesma zona geográfica e que estejam enquadradas, técnica e financeiramente, pelos centros regionais de segurança social, Santa Casa da Misericórdia de Lisboa ou instituições particulares de solidariedade social com actividades no âmbito das 1.ª e 2.ª infâncias.
(Decreto-Lei n.º 158/84, de 17 de Maio).

Creche

Resposta social de âmbito sócio-educativo que se destina a crianças até aos 3 anos de idade, após o período de licença dos pais, prevista na lei de protecção da maternidade/ paternidade, durante o período diário correspondente ao trabalho dos pais, proporcionando às crianças condições adequadas ao desenvolvimento harmonioso e global e cooperando com as famílias em todo o seu processo educativo.

Estabelecimento de Educação Pré-Escolar

É um serviço vocacionado para o desenvolvimento da criança, proporcionando-lhe actividades educativas e actividades de apoio à família.
(Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro – Lei-Quadro da Educação Pré-Escolar).

Actividades de Tempos Livres

Centro de Actividades de Tempos Livres

Resposta que se destina a proporcionar actividades do âmbito da animação sócio-cultural a crianças, tendencialmente, a partir dos 6 anos e a jovens, nos períodos disponíveis das responsabilidades, escolares, de trabalho e outras.

Os centros de actividades de tempos livres podem revestir várias formas, de acordo com o modelo de intervenção, nomeadamente: para acompanhamento/inserção (animação de rua, actividades de porta aberta); para prática de actividades especializadas (desporto, bibliotecas, ludotecas, ateliers de expressão, cine-clubes, clubes de fotografia); para multiactividades (onde se enquadram os clássicos centros de ATL).

Crianças e Jovens em Situação de Risco

Lar de Crianças e Jovens

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento de crianças / jovens, no sentido de lhes proporcionar estruturas de vida tão aproximadas quanto possível às das famílias, com vista ao seu desenvolvimento global, criando condições para a definição do projecto de vida de cada criança / jovem.

Centro de Acolhimento Temporário – CAT²

Resposta social que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, decorrente de abandono, maus tratos, negligência ou outros factores, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem, com vista ao seu adequado encaminhamento.

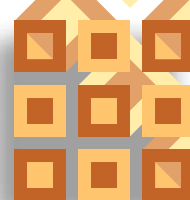
Unidade de Emergência

Resposta social integrada em estruturas de CAT e de Lar, constituída por vagas permanentemente disponíveis nestes equipamentos e que tem por finalidade o acolhimento urgente e transitório de crianças e jovens em situação de risco, para os quais não existe resposta imediata nos CAT.

Centro de Apoio Familiar e Aconselhamento Parental

Resposta social vocacionada para o estudo, prevenção e o apoio sócio-terapêutico a crianças e jovens em situação de risco social ou de perigo e às suas famílias. A intervenção é

² Também pode ter a designação de Casa de Acolhimento Temporário.



centrada na família, através de uma abordagem integrada dos recursos da comunidade e é desenvolvida por equipas multidisciplinares, tendo em vista a melhoria da qualidade de vida da população alvo.

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em acolher, transitória e temporariamente, por famílias consideradas idóneas para a prestação desse serviço e tecnicamente enquadradas, crianças e jovens cuja família natural não esteja em condições de desempenhar a sua função sócio-educativa, criando condições para a definição do projecto de vida da cada criança / jovem.

(Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro).

Adopção

Resposta socio-legal para crianças e jovens em situação de risco que, à semelhança da filiação natural mas independentemente dos laços de sangue, se constitui legalmente entre adoptante e adoptando.

(Baseado no artigo 1586 do Código Civil).

Serviços e Equipamentos de Reabilitação e Integração de Pessoas com Deficiência

Serviços e Equipamentos para Pessoas com Deficiência em Geral

Centro de Paralisia Cerebral

Estrutura polivalente especializada e de reabilitação para pessoas com deficiência neuro-motora e / ou com problemas de desenvolvimento, que integra actividades no âmbito da prevenção, detecção, avaliação e intervenção através de programas integrados, terapêuticos e sócio-educativos, promovidos por equipas transdisciplinares, tendo em vista o desenvolvimento, a habilitação e a integração sócio-familiar.

Apoio em Regime Ambulatório

Resposta inserida no âmbito do apoio a pessoas com deficiência neuro-motora e / ou com problemas de desenvolvimento, suas famílias e técnicos da comunidade, que integra actividades de avaliação, orientação e intervenção terapêutica e sócio-educativa, promovidas por equipas transdisciplinares e desenvolvidas, com regularidade variável, definida consoante as necessidades da criança / jovem / adulto / família, nos centros especializados ou nos locais de vida daqueles.

Centro de Produção de Material

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência, que se destina a conceber, produzir, adaptar e testar material lúdico, didáctico e cultural, utilizado como suporte das actividades de natureza sócio-educativa, cultural e recreativa.

Imprensa Braille

Serviço de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência visual, que se destina a produzir, adaptar e editar livros em Braille, de suporte ao processo de ensino/aprendizagem, assim como às actividades de natureza cultural e recreativa.

Transporte de Pessoas com Deficiência

Serviço de natureza colectiva de apoio a crianças, jovens e adultos com deficiência que tem por objectivo facilitar a sua mobilidade, assegurando transporte e acompanhamento personalizado, em ordem à prossecução dos objectivos gerais de reabilitação e integração da pessoa com deficiência.

Serviços e Equipamentos para Crianças e Jovens com Deficiência

Centro de Estudo e Apoio à Criança e à Família

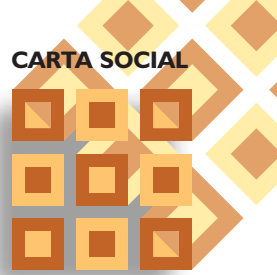
Estrutura polivalente especializada no âmbito da prevenção da detecção, avaliação e intervenção interdisciplinar, para apoio a crianças e jovens dos 0 aos 24 anos com deficiência e problemas de desenvolvimento, protecção e apoio a crianças e jovens em situação de risco ou de perigo e apoio às respectivas famílias, nomeadamente, através das seguintes respostas sociais:

- Intervenção Precoce, Adopção, Consultas de Avaliação e Orientação, Programas Integrados de Promoção Social e de natureza Terapêutica dirigidas a crianças, a jovens e a famílias.

Intervenção Precoce

Resposta destinada a crianças até aos 6 anos de idade que apresentem deficiência ou risco de atraso grave de desenvolvimento e que consiste numa medida de apoio integrado, centrado na criança e na família, mediante acções de natureza preventiva e habilitativa, designadamente do âmbito da educação, da saúde e da acção social, com vista a:

- assegurar condições facilitadoras do desenvolvimento da criança com deficiência ou em risco grave de desenvolvimento;
- potenciar a melhoria das interacções familiares;



- reforçar as competências familiares como suporte da sua possível capacitação e autonomia face à problemática da deficiência.

(Despacho Conjunto n.º 891/99, de 13 de Agosto).

Centro de Apoio Sócio-Educativo³

Resposta que integra actividades diferenciadas de natureza sócio-educativa, de apoio à integração e de apoios complementares, destinada a crianças e jovens com necessidades educativas especiais que não encontram resposta nas escolas regulares e que exijam um atendimento educativo específico resultante de:

- dificuldades graves de comunicação no acesso ao currículo regular, designadamente nas áreas da motricidade, da linguagem, da visão e da audição;
- dificuldades graves de compreensão do currículo regular;
- problemas graves do foro emocional e comportamental.

Lar de Apoio

Resposta social destinada a acolher crianças e jovens entre os 6 e os 16/18 anos de idade, com necessidades educativas especiais, que necessitem de frequentar estruturas de apoio específico situadas longe do local da sua residência habitual. Destinam-se, ainda, a apoiar situações que, por comprovadas necessidades familiares, precisem, temporariamente, de resposta substitutiva da família.

Serviços e Equipamentos para População Adulta com Deficiência

Centro de Actividades Ocupacionais – CAO

Estrutura destinada a desenvolver actividades para jovens e adultos com deficiência grave e profunda, com o objectivo de:

- Estimular e facilitar o desenvolvimento das suas capacidades;
- Facilitar a sua integração social;
- Facilitar o seu encaminhamento, sempre que possível, para programas adequados de integração sócio-profissional.

(Decreto-Lei n.º 18/89, de 11 de Janeiro e Despacho n.º 52/SESS/90, de 16 de Julho).

³ A tutela destas actividades está em processo de passagem do MTS para o ME.

Centro de Reabilitação de Pessoas com Cegueira

Resposta social desenvolvida em equipamento que proporciona, às pessoas com cegueira recente, uma adaptação e ajustamento físico e psicológico à cegueira, bem como a sua integração familiar e social.

Lar Residencial

Resposta social desenvolvida em equipamento, destinada a alojar jovens e adultos com deficiência, de idade não inferior a 16 anos, que se encontrem impedidos, temporária ou definitivamente, de residir no seu meio familiar.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados no domicílio a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades da vida diária.
(Despacho Normativo n.º62/99, de 12 de Novembro).

Acolhimento Familiar

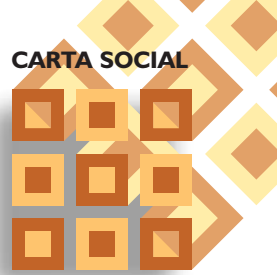
Resposta social que consiste em integrar, temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas com deficiência a partir da idade adulta, quando se verifiquem as seguintes situações:

- Inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa adulta com deficiência;
- Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

Centro de Atendimento / Acompanhamento e Animação para Pessoas com Deficiência

Resposta social organizada em espaço polivalente, destinada a informar, orientar e apoiar as pessoas com deficiência, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias à resolução dos seus próprios problemas, bem como actividades de animação sócio-cultural.



Serviços e Equipamentos para Idosos

Centro de Convívio

Resposta social desenvolvida em equipamento, de apoio a actividades sócio-recreativas e culturais, organizadas e dinamizadas com participação activa dos idosos.

Centro de Dia

Resposta social desenvolvida em equipamento, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sócio-familiar.

Lar para Idosos

Estabelecimento em que sejam desenvolvidas actividades de apoio social a pessoas idosas através do alojamento colectivo, de utilização temporária ou permanente, fornecimento de alimentação, cuidados de saúde, higiene, conforto, fomentando o convívio e proporcionando a animação social e a ocupação dos tempos livres dos utentes.
(Despacho Normativo n.º 12/98, de 05 de Março)

Residência

Resposta social desenvolvida em equipamento, constituído por um conjunto de apartamentos com serviços de utilização comum, para idosos com autonomia total ou parcial.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a indivíduos e famílias quando, por motivo de doença, deficiência ou outro impedimento, não possam assegurar, temporária ou permanentemente, a satisfação das suas necessidades básicas e / ou as actividades da vida diária.
(Despacho Normativo n.º 62/99, de 12 de Novembro).

Acolhimento Familiar

Resposta social que consiste em integrar temporária ou permanentemente, em famílias consideradas idóneas e tecnicamente enquadradas, pessoas idosas, quando se verifiquem as seguintes situações:

- Inexistência ou insuficiência de respostas sociais eficazes que assegurem o apoio adequado à manutenção no seu domicílio da pessoa idosa;

- Ausência da respectiva família ou quando esta não reúna condições mínimas para assegurar o seu acompanhamento.

(Decreto-Lei n.º 391/91, de 10 de Outubro).

Centro de Acolhimento Temporário de Emergência para Idosos

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente, que consiste no acolhimento temporário a idosos em situação de emergência social, perspectivando-se, mediante a especificidade de cada situação, o encaminhamento do idoso ou para a família ou para outra resposta social de carácter permanente.

Centro de Noite

Resposta social desenvolvida em equipamento, de preferência, a partir de uma estrutura já existente e integrada com outras respostas sociais (ex: centro de dia, lar ou outra) dirigida a idosos com autonomia, que desenvolvem as suas actividades da vida diária no domicílio, mas que, durante a noite, por motivo de isolamento, necessitam de algum suporte de acompanhamento.

Serviços e Equipamentos para Família e Comunidade

Atendimento / Acompanhamento Social

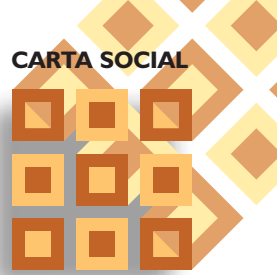
Resposta social que visa apoiar as pessoas e famílias em dificuldade, na prevenção e / ou resolução de problemas geradores ou gerados por situações de exclusão, assente numa relação de reciprocidade técnico / utente, tendo em vista a promoção de condições facilitadoras da sua inserção, através, nomeadamente, do apoio à elaboração e acompanhamento de um projecto de vida.

Centro de Alojamento Temporário

Resposta social desenvolvida em equipamento destinado a acolher, por um período de tempo limitado, pessoas em situação de carência, nomeadamente, população flutuante, famílias desalojadas e outros grupos em situação de emergência social e que deve funcionar, preferencialmente, em articulação com outras respostas de carácter integrador.

Comunidade de Inserção

Resposta social desenvolvida em equipamento e que compreende um conjunto de acções integradas com vista à inserção social de diversos grupos-alvo que, por determinados factores, se encontram em situação de marginalização (nomeadamente sem-abrigo, ex-reclusos, mães solteiras).



Centro Comunitário

Estrutura polivalente onde se desenvolvem serviços e actividades que, de uma forma articulada, tendem a constituir um pólo de animação com vista à prevenção de problemas sociais e à definição de um projecto de desenvolvimento local, colectivamente assumido.

Colónia de Férias

É uma resposta social destinada à satisfação de necessidades de lazer e de quebra da rotina, essencial ao equilíbrio físico, psicológico e social dos seus utilizadores. Dirige-se a todas as faixas etárias da população e à família na sua globalidade.

Refeitório / Cantina Social

Resposta social desenvolvida em equipamento destinada ao fornecimento de refeições, em especial a indivíduos economicamente desfavorecidos, podendo integrar outras actividades, nomeadamente de higiene pessoal, tratamento de roupas e ainda outras desenvolvidas em ateliers.

Casa de Abrigo

Resposta social constituída por unidades residenciais destinadas a proporcionar acolhimento temporário a mulheres vítimas de violência, acompanhadas ou não de filhos menores, que não possam, por questões de segurança, permanecer nas suas residências habituais.

Ajuda Alimentar a Carenciados

Resposta social que tem por finalidade contribuir para a resolução de situações de carência alimentar de pessoas e famílias desfavorecidas, promovendo a distribuição de géneros alimentícios, através de associações ou outras entidades sem fins lucrativos.

Serviços e Equipamentos para Toxicodependentes

Equipas de Intervenção Directa ou Equipas de Rua

Unidades de intervenção directa junto das populações toxicodependentes e suas famílias e, de uma forma geral, junto de comunidades afectadas pelo fenómeno da toxicoddependência, com o objectivo de fomentar a integração dos toxicodependentes em processos de recuperação, tratamento e de reinserção social através do desenvolvimento de acções articuladas de sensibilização, orientação e encaminhamento.

(Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março).

Apartamento de Reinserção Social

Unidades residenciais temporárias destinadas a apoio a toxicodependentes que se confrontam, designadamente, após a saída de unidades de tratamento ou após a saída de estabelecimentos prisionais, dos centros tutelares ou de outros estabelecimento da área da justiça, com problemas de reinserção, quer familiar, social, escolar ou profissional.
(Decreto-Lei n.º 72/99, de 15 de Março)

Serviços e Equipamentos para Pessoas Infectadas pelo VIH/SIDA e suas Famílias

Centro de Atendimento e Acompanhamento Psicossocial

Resposta que se destina a informar, orientar e apoiar social e psicologicamente indivíduos e famílias afectadas pelo VIH/SIDA com vista à prevenção e restabelecimento do seu equilíbrio funcional.

Serviço de Apoio Domiciliário

Resposta social que consiste na prestação de cuidados individualizados e personalizados, no domicílio, a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA que, por motivo de doença, não possam assegurar, temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou as actividades de vida diária.

Residência

Resposta social a desenvolver em equipamento destinada a pessoas infectadas pelo VIH/SIDA, em ruptura familiar e desfavorecimento sócio-económico.

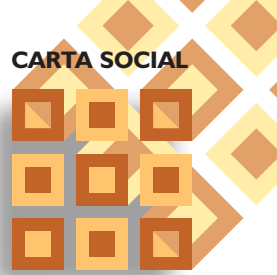
Serviços e Equipamentos para Pessoas com Doença do Foro Mental ou Psiquiátrico

Fórum Sócio-Ocupacional

Equipamento destinado a pessoas com desvantagem, transitória ou permanente, de origem psíquica, visando a sua reinserção sócio-familiar e ou profissional ou a sua eventual integração em programas de formação ou de emprego protegido.
(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Vida Apoiada – UVAP

Resposta habitacional, destinada a pessoas que, por limitação mental crónica e factores sociais graves, alcançaram um grau de desvantagem que não lhes permite organizar, sem



apoio, as actividades de vida diária, mas que não necessitam de intervenção médica frequente.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Vida Protegida – UPRO

Estrutura habitacional, destinada sobretudo ao treino de autonomia de pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave e de evolução crónica, clinicamente estável (nomeadamente psicoses).

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio)

Unidade de Vida Autónoma – UVAU

Estrutura habitacional destinada a pessoas adultas com problemática psiquiátrica grave estabilizada e de evolução crónica, com boa capacidade autonómica, permitindo a sua integração em programa de formação profissional ou de emprego normal ou protegido e sem alternativa residencial satisfatória.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Serviços e Equipamentos para Pessoas em Situação de Dependência

Apoio Domiciliário Integrado – ADI

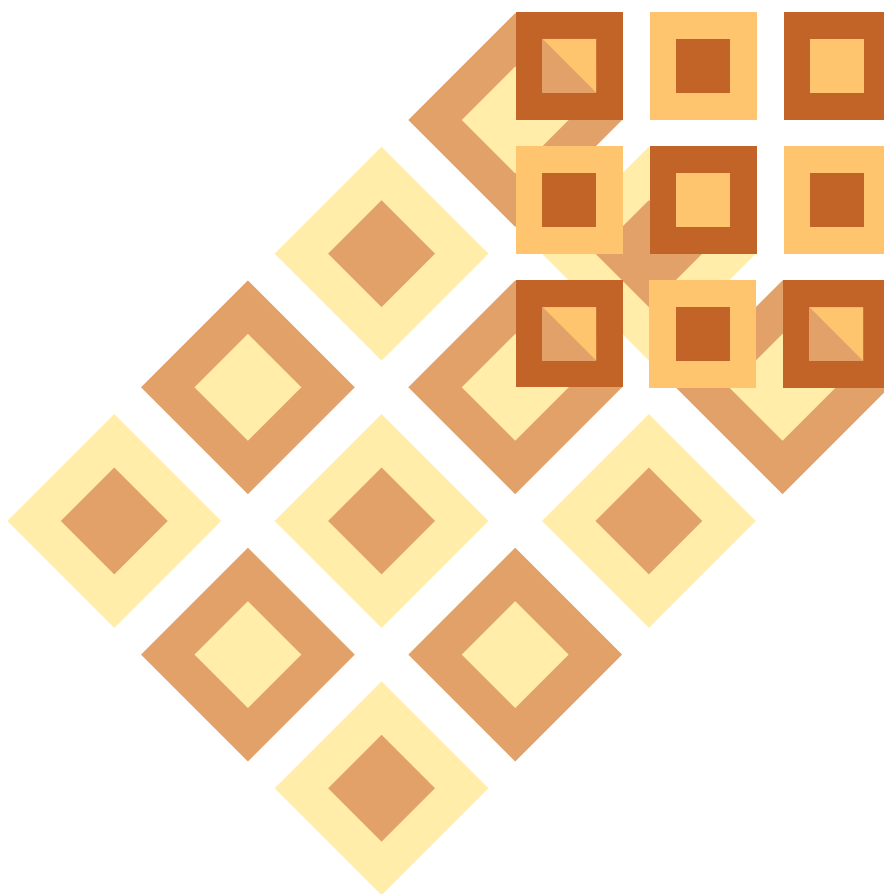
É um serviço que se concretiza através de um conjunto de acções e cuidados pluridisciplinares, flexíveis, abrangentes, acessíveis e articulados, de apoio social e de saúde, a prestar no domicílio. Perspectiva-se como uma resposta charneira e prioritária cujo planeamento e avaliação cabe a uma equipa de cuidados integrados

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).

Unidade de Apoio Integrado – UAI

É uma unidade com capacidade máxima de 30 utentes, que visa prestar cuidados temporários, globais e integrados a pessoas que, por motivo de dependência, não podem, de acordo com a avaliação da equipa de cuidados integrados, manter-se apoiados no seu domicílio, mas que não carecem de cuidados clínicos em internamento hospitalar.

(Despacho Conjunto n.º 407/98, de 15 de Maio).



UNIÃO EUROPEIA
Fundo Social Europeu



Portugal em Acção



Projecto apoiado pelo
Programa Operacional de Assistência
Técnica ao QCA III - eixo FSE